

ARTIGO - GT3: MOBILIZAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS NA AMÉRICA LATINA E A TEORIA DO DISCURSO

O sujeito político e a organização da resistência: o caso do Centro de Mídia Independente à luz da Teoria do Discurso Político e da psicanálise lacaniana

Ketlle Duarte Paes
kettlep@yahoo.com.br
Doutorado - UFSC

Eloise Livramento Dellagnelo
eloiselivramento@gmail.com
Doutorado - UFSC

Resumo

Este trabalho teve como objetivo a análise do sujeito político e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI), um coletivo de mídia alternativa. Para o alcance desse objetivo de pesquisa, a principal lente de análise foi a Teoria do Discurso Político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e a psicanálise lacaniana, mais especificamente a noção de sujeito em Lacan. O sujeito moderno é o sujeito do cogito cartesiano, pleno e autoconsciente. Os apontamentos de Lacan desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano para pôr em seu lugar um sujeito que se constitui na e pela linguagem. Essa qualidade ontológica do ser não permite seu fechamento em uma identidade fixa. Em Lacan, o sujeito é sempre falta-a-ser, que se move de identificação em identificação, em uma contingência necessária e estruturante. Como herança da noção de sujeito cartesiano as abordagens dominantes em administração trazem em seu bojo uma ontologia essencialista ao se pautarem pelos princípios do cálculo, da objetividade e da racionalidade, tendo, por base, a ideia de sujeito racional; depreende-se que outra ideia de sujeito pode ensejar outro entendimento sobre as práticas organizacionais e novos desenvolvimentos às teorias organizacionais para além das perspectivas teóricas positivistas e essencialistas. Assim, esta pesquisa, um estudo de caso, permitiu-nos concluir que, o CMI, enquanto coletivo de mídia alternativa adota uma perspectiva política autonomista, herança do anarquismo do século XIX e XX. O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas antissistêmicas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais, tais como a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta. Percebeu-se também que a construção do discurso sobre organização para o CMI está, inelutavelmente, conectado à ideologia política com a qual seus voluntários se identificam: o autonomismo. Nesse contexto, esse nome/significante funciona como um ponto nodal na constituição da identidade do CMI e é investido libidinalmente pelos sujeitos que se identificam com esse discurso, ensejando uma visão antiessencialista de organização na qual essa passa a ser entendida como uma prática social e discursiva em permanente disputa e transformação.

Palavras chaves: Sujeito Político; Organização da Resistência; Teoria do Discurso Político; Centro de Mídia Independente.

Introdução

“Mas nunca se perguntaram realmente a si mesmos quanto custou nesse mundo a construção de cada ideal? Quanta realidade teve de ser denegrida e negada, quanta mentira teve de ser santificada, quanta consciência transtornada, quanto ‘Deus’ teve que ser sacrificado? A lei é a seguinte: é preciso destruir um santuário para se erigir outro. Mostrem-me um só caso em que esta lei não foi cumprida!”. (NIETZSCHE, F. Genealogia da Moral).

A problemática do sujeito não é um velho problema da filosofia. Pelo contrário, no entendimento de Foucault (1999) trata-se de uma preocupação recente na história da humanidade. Cabe destacar que dela decorrem implicações epistemológicas e ontológicas que colocam em disputa diversos discursos nos mais variados campos do conhecimento: educação, teoria política, psicanálise, administração. Com efeito, a problemática do sujeito é uma questão que atravessa as ciências sociais e humanas e não é patrimônio de uma área em particular.

Assim, se aos filósofos da Antiguidade Clássica interessava a descoberta sobre a origem e as transformações da natureza, o problema que se impôs à filosofia moderna foi o de indagar sobre o conhecimento e, portanto sobre o sujeito. É com a modernidade que valores como racionalismo, humanismo e liberdade se tornam essenciais, e a razão se tornou o centro do conhecimento (FOUCAULT, 1999).

É com a modernidade que o sujeito se cristaliza em certas capacidades humanas fixas e ganha consciência que é uma identidade racional, moral e psicológica. Ele passa a ser concebido como um ser soberano, autônomo, estável, pensante que reflete, age e interage com o mundo objetivo. Assim, é com a modernidade que ele ganha consciência de sua vida interior como transparente a si mesmo e idêntica ao seu eu como ator de suas ideias e de seus atos. Essa ideia de sujeito só foi possível em função de acontecimentos modernos como o renascimento, o protestantismo e o iluminismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas medievais (SAFATLE, 2014).

Segundo Dosse (2007) não há como falar em sujeito, enquanto conceito, antes de Descartes. Para o historiador francês foi seu conterrâneo que inventou o “eu” moderno. A partir do pensamento cartesiano deixamos de ser apenas objeto da vontade divina e das contingências da realidade, para nos tornarmos seres autônomos, racionais e passamos, a partir de então, a ser tomados como causa de nossos próprios atos.

Em Descartes, a razão é a única maneira de conhecimento verdadeiro, o que conduz a emergência do sujeito como fonte de todo o conhecimento. Esse filósofo acreditava na existência da verdade absoluta, incontestável, e, para atingi-la, desenvolveu o método da dúvida, que consistia em questionar todas as teorias pré-existentes. Para tanto, Descartes adota o próprio “eu” como campo de batalha entre a certeza e a incerteza. Assim, a verdade absoluta estaria sintetizada na fórmula “eu penso” com base na qual concluiu sua própria existência: penso, logo existo (HOBSBAWN, 2009).

Já das reflexões kantianas depreende-se que a subjetividade moderna é a instância fundadora da racionalidade e, portanto, é a condição de possibilidade do conhecimento. Assim, a partir de Kant opera-se uma nova divisão das formas de se conhecer emergindo assim, de um lado, uma razão idealista absoluta, sobretudo com o idealismo de Hegel, e, de outro, uma razão prático-instrumental, promovida pela corrente empírico-positivista.

Contudo, essa soberania do sujeito racional, autônomo e o fundamento dos próprios atos morais e políticos passou a ser questionada a partir de meados do século XIX pelos chamados filósofos da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud (RICOUER, 1977).

Desse modo, o movimento iniciado por Marx, Nietzsche e Freud rompeu com os fundamentos da metafísica da presença, questionando seu fundamento primordial, a noção de sujeito. Para Marx o sujeito não é um dado da natureza, mas produto das condições materiais de sua produção. Contudo, a crítica mais contundente desferida a tradição filosófica ocidental veio de Nietzsche, para quem, o sujeito longe de ser uma substância, é, pois, um lugar vazio, emergindo nas relações de poder e atravessado por forças sociais e libidinais.

Se Nietzsche desfere um golpe mortal à concepção de sujeito na modernidade é Freud quem exuma o que resta do cadáver, com sua invenção, o inconsciente. Por essa noção, Freud, deixa evidente que o ser humano é movido por impulsos e afetos inconscientes. Assim, Freud impingiu à humanidade, como ele próprio gostava de dizer, a terceira ferida narcísica, qual seja a de fazer saber que o Eu, ao contrário do que pensa, não é o senhor em sua própria casa.

Apesar de Freud descentrar radicalmente o sujeito da noção de razão e propor em seu lugar a divisão do sujeito entre o consciente e o inconsciente, ele não desenvolveu uma teoria do sujeito. Quem realizou esse trabalho foi o psicanalista Jacques Lacan com a noção de sujeito falta-em-ser. Na perspectiva lacaniana, a ênfase recai sobre a falta/incompletude do sujeito; por essa abordagem, o sujeito se constitui a partir do processo de alienação à linguagem. Esse processo permite o ingresso do sujeito no mundo da cultura, porém para tanto perde algo, perde sua completude mítica, o que o conduzirá a buscar, no discurso, os objetos e as ideologias que possam preencher essa falta, numa busca sempre falida (LACAN, 1998; STAVRAKAKIS, 2010).

Nesse trabalho, a problemática do sujeito, ou seja, a maneira como o pensamos tem relação com o modo como pensamos a organização. Partimos, então, do pressuposto de que a visão que se tem de sujeito se reflete na forma como se teorizam e se organizam as práticas sociais, geralmente, e as práticas organizacionais de maneira particular. Isso implica dizer que, se as práticas hegemônicas em organizações se pautam pelos princípios do cálculo, da objetividade e da racionalidade, tendo, por base, a ideia de sujeito racional; depreende-se que outra ideia de sujeito pode ensejar outro entendimento sobre as práticas organizacionais e novos desenvolvimentos às teorias organizacionais.

Nos primórdios da administração a ideia de sujeito racional pode ser observada nas concepções de homem subjacente as teorias administrativas, seja como homem econômico ou como homem complexo o que se verifica é que a base que sustenta essas ideias de homem é aquela advinda da noção de sujeito na modernidade, o sujeito racional. O reflexo dessa concepção de sujeito pode ser visto nas abordagens teóricas que constroem o campo disciplinar da administração e dos estudos organizacionais assentadas, sobretudo em perspectivas positivistas e interpretativistas (HARD e CLEGG, 2012).

No campo dos estudos organizacionais, tradicionalmente, o desenvolvimento teórico vem sendo traçado no contexto das correntes de pensamento ligadas ao positivismo e ao estruturo-funcionalismo, restringindo o pensar sobre as organizações a uma delimitação específica, qual seja as organizações pautadas pela busca da eficiência e da ordem. (PARKER, 2002; PAULA, 2002; BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010).

De acordo com Bohm (2006), a noção hegemônica de organização está associada a regras formais, procedimentos técnicos, profissionalismo, burocracia e sujeitos racionais que podem ser alocados, medidos e controlados. Vista desta maneira, a organização se restringe à administração e à manutenção de um mundo hierárquico, padronizado e harmônico, sustentado pela ideologia da neutralidade da técnica, da ordem e do progresso.

Bohm (2006) afirma, ainda, que o modelo tradicional de organização se caracteriza por uma noção de organização que possui estreita conexão com o gerencialismo e o capitalismo. Esta maneira racional e formal de significar a organização tem sido a ideologia predominante da teoria organizacional. (BOHM, 2006; CLEGG, 1998; PARKER, 2002).

É com base neste contexto que alguns pesquisadores da área de organizações se lançaram ao desafio de investigar os processos de organização da resistência (PARKER, 2002; BOHM, DELLAGNELO e MENDONÇA, 2010; MENDONÇA e BOHM, 2010; MISOCZKY, 2010; MISOCZKY, FLORES E MORAES, 2010; BARCELLOS, 2012; COELHO, 2011). Misoczky (2010) defende que para se levar a cabo este desafio é preciso questionar a noção hegemônica de organização, associada à ideia de empresa. Para tanto, há de se deslocar as categorias de análise tradicionais nos estudos organizacionais como hierarquia, delegação, representação e individualismo.

A autora sugere também que lancemos luz a algumas categorias e valores que vêm se tornando recorrentes na análise das organizações e apresentam-se com potencial contra-hegemônico, tais como a horizontalidade, a participação direta nas decisões, a construção coletiva da organização e de suas práticas, valores orientados para a vida, tolerância e solidariedade na relação com a alteridade. (MISOCZKY, 2010).

Nessas circunstâncias, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe pode ser considerada uma perspectiva teórica capaz de auxiliar na compreensão dos processos de organização da resistência, que podem ou não ensejar alternativas ao modelo hegemônico de organização (DELLAGNELO e BOHM, 2010; BOHM, DELLAGNELO e MENDONÇA, 2010). Por que, como defendem Dellagnelo e Bohm, (2010) toda formação hegemônica não pode prescindir da dimensão organizacional para forjar seus processos e impor sua ideologia.

Nesse sentido, baseando-se na abordagem teórica de Laclau e Mouffe (1987) e em seus conceitos de discurso, ponto nodal, articulação, deslocamento, identidade, antagonismo e hegemonia, bem como na ideia de sujeito falta-em-ser da psicanálise lacaniana, analisamos, nesta pesquisa, as práticas organizacionais de resistência do Centro de Mídia Independente Florianópolis (CMI), mobilizadas em sua oposição à mídia hegemônica e ao capitalismo.

O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa e independente que busca, por meio das suas ações cotidianas e de seu *site*, a democratização da comunicação. Conforme anuncia em seu *site*, o CMI assume uma posição política anticapitalista, tanto no sentido tradicional de oposição à propriedade privada, ao sistema de mercado e à exploração da miséria, quanto no sentido mais recente de capital financeiro globalizado.

Além disso, o coletivo se coloca contra o *modus operandis* da mídia hegemônica, “braço armado do capitalismo”, ao defender e praticar a publicação aberta, o uso de softwares livres, a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a independência, a autonomia e a ação direta. Esses são os princípios políticos e organizacionais basilares do CMI Florianópolis, herdados do pensamento anarquista do século XIX e XX, sendo o movimento neozapatista um marco fundamental na renovação do espírito subversivo e anticapitalista que fez emergir os Movimentos de Resistência Global (MRG), do qual CMI é um exemplo.

Os ativistas do CMI compartilham de princípios adotados, em geral, por movimentos autônomos, considerados essenciais à caracterização de sua identidade como um coletivo autonomista¹. Tais princípios revelam a influência de concepções anarquistas, neozapatistas e

¹ De acordo com Souza (2006), autonomismo é o nome dado a um conjunto de movimentos socialistas existentes principalmente na Europa. Esses movimentos se caracterizam pela oposição à burocracia dominante nos Estados contemporâneos, sejam eles capitalistas ou socialistas. Os autonomistas, de modo geral, propõem a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração em rede entre todos os que se dispõem a estabelecer novos modelos sociais, de modo a que a sociedade no futuro possa superar os modelos historicamente mais

altermundistas, somadas ao repúdio no que diz respeito às práticas autoritárias e hierárquicas, utilizadas na organização da luta política por partidos e instituições da esquerda tradicional (marxista-leninista-trotskista) e, sobretudo, pelas organizações capitalistas.

Assim, **o objetivo desse trabalho foi o de refletir e analisar o sujeito político e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI) à luz da teoria do discurso político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e da psicanálise lacaniana.**

De acordo com Laclau (2005) Santos (2008) e Boaventura Santos (2002), as iniciativas e movimentos populares, sobretudo nos países periféricos, representam possibilidades de romper com as regras do jogo da lógica capitalista, sustentada pela hierarquia, pela desigualdade, pela exclusão. Esses autores acreditam que os de baixo, os marginais e excluídos desejam a criação de espaços de autonomia ideológica e prática, na qual seja possível pensar formas de transformação alternativas ao sistema capitalista.

Com esta pesquisa visamos contribuir, assim como já fizeram diversos pesquisadores (PAULA et al, 2009; PAULA, 2008, 2012; SOUZA e CARRIERI, 2012; SERVA et al, 2010; CARVALHO e VIEIRA, 2007; MISOCZKY e FLORES, 2009), com o questionamento da naturalização das práticas hegemônicas de organizar e, ao mesmo tempo, evidenciar a complexidade do mundo social, por meio da utilização de outra lente de análise que veja o mundo a partir de uma epistemologia que rescinda com o positivismo-funcionalismo dominantes em teorias da administração (FARIA, 2009).

É nesse sentido que o CMI é percebido nesse trabalho, como uma possibilidade de compreensão da organização da resistência ao adotar práticas organizacionais, que desafiam o modelo hegemônico de organizar. E mais que isso, o CMI representa, aqui, a possibilidade de compreensão da relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência, o que nos permite investigar como as estruturas que organizam a vida social são criadas, rompidas e transformadas.

A problemática do sujeito na modernidade: do sujeito autônomo racional ao sujeito da psicanálise lacaniana

Nietzsche (2006) observa que a história do pensamento ocidental configura-se como uma busca por um fundamento, por uma explicação sobre as coisas do mundo. O pensamento ocidental, desde Sócrates e Platão até os filósofos modernos Kant e Hegel, foi a história de uma ilusão que produziu a crença na identidade, na essência do ser e na verdade. Esta crença é o produto da necessidade humana de duração e apoia o anseio metafísico por um fundamento sobre as coisas.

Nesse sentido, conforme assinala Mosé (2011), a crítica da ideia de sujeito é central no pensamento nietzschiano, já que é a partir da crença de que somos sujeito, de que somos unidade, e, sobretudo, de que somos a origem do conhecimento e os depositários da razão é que permite a produção do mundo como substância, como essência, como unidade e como universalidade. Disto isso, Mosé (2011, p. 169) afirma que a essencialidade do sujeito não é,

autoritários. O autonomismo ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1960 inspirado nas lutas e conflitos italianos, e, mais recentemente, na produção intelectual de Cornelius Castoriadis, Antonio Negri e John Holloway. (SOUZA, 2006).

para Nietzsche, “mais uma ficção que adquiriu valor de verdade; ao contrário, é a crença no sujeito pleno que permite a substancialização da realidade”.

Essa crítica de Nietzsche, retomada depois pelos chamados filósofos pós-estruturalistas, é dirigida ideia de um sujeito racional, inspirada, sobretudo, no pensamento cartesiano/kantiano. Para o cartesianismo, o fundamento de todo o conhecimento sobre a realidade se encontra no intelecto. O sujeito chega ao conhecimento a partir de uma faculdade que lhe é própria, o pensamento fundado na razão. É próprio da razão não apenas fazer aceder o conhecimento, mas também a impedir que fiquemos a mercê dos impulsos e das paixões que se mostram danosas à nossa existência (HENSEN, 2011).

O sujeito cartesiano se apresenta, sobretudo, como um ser dotado de consciência e razão, instrumentos que lhe conferem a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo de forma ilimitada. Já Kant, relativiza nossa capacidade de conhecer e passa então a indagar sobre a natureza de nosso conhecimento. Para o filósofo de Königsberg, nossa consciência só lida com fenômenos uma vez que a realidade não é externa ao indivíduo, mas produto de sua capacidade de pensar. Somos nós que, através de certas faculdades a priori, estabelecidas independentes da experiência, organizamos e damos sentido à realidade. Em consequência disso, na teoria kantiana a razão torna-se o núcleo do sujeito moderno (HENSEN, 2011).

Diante disso, importa observar que a noção de sujeito pleno, autoconsciente e autônomo é a base que sustenta a maioria das abordagens em ciências sociais, e, conseqüentemente das teorias organizacionais. Entretanto, a concepção de homem da modernidade foi posta em cheque, a partir do século XIX, pelos chamados filósofos da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud, que mobilizaram respectivamente a materialidade da história, o devir, e o inconsciente para abalar as bases do pensamento moderno e sua ideia de homem (RICOEUR, 1977).

Se o questionamento da ideia de sujeito encontra solo fértil entre os filósofos da suspeita, não podemos deixar de falar do movimento que decretou a morte do sujeito, o estruturalismo. Para Merquior (1991), o estruturalismo foi uma corrente de pensamento na ala humanista que nasceu da linguística moderna cujo auge se deu na França na década de 60.

Dosse (2007) e Merquior (1991) concordam que o estruturalismo se colocou, notadamente, contra o modo de pensar associado ao existencialismo sartriano. Nesse sentido, o estruturalismo se opunha à centralidade do sujeito defendida pelo existencialismo, uma versão contemporânea da filosofia do cogito de Descartes. Além disso, essa corrente, de acordo com Merquior, também fez oposição à crença na lógica do progresso abarcado por uma história linear.

É comum a leitura, entre os críticos do pensamento estruturalista, a acusação de que este decretou a morte do sujeito. Sendo assim, por esse viés, o sujeito nada mais é do que um apêndice estrutural. Assim, a crítica à ausência de sujeito perante as estruturas, por parte dos intelectuais da Sorbonne e de estudantes do maio de 68 contribuiu para abalar as bases do estruturalismo.

Contudo, a decadência do estruturalismo propriamente dita é marcada pela crítica iniciada internamente ao estruturalismo feita por Jacques Derrida. Esse estudioso elabora uma crítica ao logocentrismo e advoga por um “descentramento” da estrutura. No clássico ensaio *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*, Derrida (1978, p. 278) questionava a “estruturalidade da estrutura” ou a ideia de “centro” que, segundo ele operava um limite ao jogo da estrutura.

Assim, para Derrida (1978), o “descentramento” da estrutura e do sujeito soberano pode ser encontrado na crítica nietzschiana da metafísica, especialmente, na crítica dos conceitos de ser e de verdade; na crítica freudiana da autopresença, consciência e do sujeito, e

mais radicalmente, na destruição heideggeriana da metafísica platônica. Derrida, seguindo Nietzsche, Heidegger e Saussure, questiona os pressupostos que governam o pensamento binário, demonstrando como as oposições binárias sustentam, sempre, uma hierarquia ou uma economia que opera pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro. (SCHRIFT, 1995, DOSSE, 2007).

A retomada da noção de sujeito, entre outros, foi o ponto de inflexão que fez emergir o chamado pensamento pós-estruturalista. O pós-estruturalismo é, por certo, uma tentativa de superação da ideia de sujeito pressuposta da modernidade no que diz respeito às suas dimensões de sujeito universal ou como indivíduo. Assim, a ideia que preenche parcialmente o significante pós-estruturalismo pretende sugerir o esgotamento do pensamento filosófico moderno, sobretudo, no que diz respeito a esse aspecto central, o sujeito.

Assim, no que se refere à questão do sujeito, o intelectual que mais longe chegou em sua teorização foi Jacques Lacan por meio de seu projeto de retorno a Freud com a ajuda da linguística estrutural (DERRIDA e ROUDINESCO, 2004; BADIOU e ROUDINESCO, 2012; STAVRAKAKIS, 2007; ZIZEK, 1999). Nesse sentido, os desenvolvimentos de Lacan sobre o sujeito foram o ponto de partida ou de chegada de muitos teóricos que se aventuraram por esse tema.

O sujeito lacaniano é dividido e alienado ao significante, sendo o lugar de uma impossível identificação. É com base na descoberta freudiana do inconsciente associada às discussões da linguística saussuriana que Lacan constrói sua teoria do sujeito. Na perspectiva de Lacan a constituição do sujeito tem relação com sua entrada na linguagem constituída pelo discurso do Outro² de onde vêm os significantes aos quais o sujeito se aliena e se identifica em sua constituição.

O significante, para Lacan (1998), tem autonomia perante o significado, possuindo sentido somente quando articulados a outros significantes que só podem operar por estarem presentes no sujeito. O sujeito lacaniano é um efeito do significante, isso implica dizer que o sujeito não cria seu discurso, mas é causado por ele e só pode se manifestar porque encontra na linguagem um substrato que o cria e permite seu advento. O sujeito precisa da palavra para existir e para dizer-se (LACAN, 1998).

Na perspectiva lacaniana o significado nunca é uma presença plenamente constituída. A radicalização de Lacan em relação a Saussure implica que o simbólico não é a ordem do signo, mas sim é a ordem do significante, no qual este cria o campo da significação. Em Lacan, o significante é capaz de produzir significação em virtude de não se referir a nenhum objeto significado, sendo, pois o signo de uma ausência (STAVRAKAKIS, 2010).

Nesse sentido, conforme Stavrakakis (2007), o que impressiona em Lacan é que o significado desaparece porque já não está associado ao conceito como em Saussure, mas associado ao Real^{3,4}. Em Lacan (1998), a relação entre o significado e o Real representa o

² Com o conceito do “grande Outro” Lacan pretendeu abarcar em um único movimento teórico as diversas formas por meio das quais a palavra constitui os sujeitos. Lacan grafou distintamente o pequeno e o grande Outro. O pequeno outro é o nosso igual, o nosso semelhante da espécie humana, e o grande Outro é o da ordem simbólica, da linguagem, que foi grafado com letra maiúscula. Para Lacan era necessário fazer essa distinção, dentre outras razões, porque o Outro como lugar da palavra possui uma autonomia que faz com que ele não possa ser reduzido ao que os pequenos outros enunciam. Essa independência da linguagem na determinação do sujeito é certamente uma das grandes marcas da teoria lacaniana (QUINET, 2012).

³ O Real lacaniano é puro não-sentido, ao passo que é precisamente o sentido que caracteriza o imaginário e o duplo sentido que caracteriza o simbólico. O Real consiste no que é estritamente impensável. É o impossível de ser simbolizado. O Real é, por excelência, o trauma, o que não é passível de ser assimilado pelo aparelho psíquico, o que não tem qualquer representação possível. Por isso, o Real é também aquilo que retorna ao mesmo

limite de toda significação possível e não o seu núcleo. O significado desaparece em virtude de sua dimensão Real está situada muito além do simbólico e do imaginário⁵. O que permanece é o lugar do significado marcado por uma falta constitutiva acompanhada pela promessa de alcançar o significado último e de preencher o vazio do significado ausente.

Nesse sentido, por haver nascido com o significante, o sujeito nasce dividido e faltoso em virtude de sua alienação. A alienação, operação fundamental para a constituição do sujeito, envolve um tipo de “escolha forçada” na confrontação com o Outro, o sujeito sai imediatamente de cena, para emergir cindido e, portanto, faltoso. É, a partir dessa ideia, na visão de Fink (1998, p. 74), que surge o conceito lacaniano de sujeito como falta-em-ser: “o sujeito fracassa em se desenvolver como alguém, como um ser específico; no sentido mais radical, ele não é, ele é não-ser”.

A falta constitutiva do sujeito afeta também a construção de sua identidade. Por se constituir em falta, o sujeito está condenado a simbolizar a fim de constituir-se, mas esta simbolização, ou seja, essa busca por sua identidade plena é sempre fracassada. Em termos lacanianos o mais correto é falar em identificação e não em identidade. O sujeito da falta emerge em virtude do fracasso de constituir uma identidade plena (STAVRAKAKIS, 2010).

O conceito de identificação torna-se importante para a compreensão da concepção lacaniana da subjetividade. A noção de identificação foi trabalhada por Freud e refere-se ao processo mediante o qual o sujeito assimila parcialmente aspectos do outro produzindo com isso sua própria subjetividade. De acordo com Stavrakakis (2007), o processo de identificação é importante para a análise política em virtude de que os objetos de identificação da vida dos sujeitos incluem as ideologias e outros objetos da cultura.

Nesse sentido, a ideia de sujeito como falta não pode se separar do reconhecimento do fato de que o sujeito sempre tenta recobrir essa falta constitutiva por meio de contínuos atos de identificação. O sujeito encontra a falta e a alienação ali onde busca a completude e a identificação. De acordo com Stavrakakis (2007), a concepção não reducionista da subjetividade abre caminho para a confluência entre a teoria lacaniana e a análise do político. A constituição de toda identidade pode tentar se constituir mediante aos processos de identificação com construções discursivas socialmente disponíveis como as ideologias, por exemplo.

Isso porque o social constitui o reservatório dos discursos utilizados pelos sujeitos, ou seja, é o lugar por meio do qual se originam os objetos de identificação oferecidos pela cultura. A teoria lacaniana do sujeito permite a análise do político porque a falta que marca o sujeito também está presente na ordem simbólica. Assim, de acordo com Stavrakakis (2007), a dimensão mais radical da teoria lacaniana diz respeito ao fato de que a falta constitutiva do sujeito se verifica também no grande Outro, na ordem simbólica e, portanto no objeto, como uma falta estruturante.

lugar, já que o simbólico não consegue deslocá-lo e o ponto de não-senso que ele implica se repete insistentemente enquanto uma radical falta de sentido (COUTINHO JORGE, 2012).

⁴ Na psicanálise lacaniana há uma distinção radical entre o Real e a realidade. Para Lacan, a realidade corresponde a identidade discursivamente construída dos objetos, enquanto que o Real é aquilo impossível de articular no discurso. A realidade é aquilo que o sujeito constrói utilizando-se para isso de seus recursos simbólicos e imaginários. A realidade é, pois uma construção eminentemente fantasística que, para cada sujeito, faz face ao Real inominável (COUTINHO JORGE, 2012).

⁵ O imaginário é feito de imagens, de fantasias, de crenças, de ilusões, de impressões, de conceitos e preconceitos. Pode-se dizer que após o nascimento, toda imagem do objeto ou coisa que é captada pelo bebê por meio do olhar será inscrita e registrada no seu psiquismo como pertencendo ao campo do imaginário. (COUTINHO JORGE, 2012).

Importa destacar, conforme Stavrakakis (2010) que na perspectiva lacaniana essa falta é, sobretudo, uma falta de gozo. A falta de um gozo mítico perdido para sempre, como uma parte de nós mesmos que é castrada quando entramos na linguagem. Diante da falta constitutiva, o sujeito se empenha em uma aventura constante na busca por recobrir essa falta, servindo-se de diversos objetos/ideologias substitutos desse gozo mítico.

A relação entre o sujeito falta-a-ser e os objetos com os quais constrói sua identidade/subjetividade se produz por meio do discurso. Para compreender o que é discurso mobilizo o referencial teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, perspectiva a qual nos possibilita conferir o nome de sujeito político ao sujeito falta-a-ser da psicanálise lacaniana. Já que na perspectiva de Laclau (1990, p. 77), o político é uma categoria ontológica, assim há política porque há subversão e deslocamento do social, por isso, como consequência lógica tem-se que “todo sujeito é por definição político”.

Teoria do Discurso Político: hegemonia, ponto nodal, identidades políticas e os afetos na construção do social

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe possui suas bases epistemológicas no pós-estruturalismo, epistemologia e ontologia antiessencialista, e também pode ser vista no quadro de uma teoria pósfundacional (MARCHART, 2009). Essa menção é importante já que se trata de uma Teoria do Discurso Político e o pósfundacionalismo do qual ela compartilha gira em torno da marcação da diferença ontológica entre o político e a política.

No enfoque posfundacional o questionamento ontológico do fundamento não pressupõe uma ausência total dos fundamentos, mas sim a impossibilidade de um fundamento último uma vez que sobre o social atua uma contingência necessária. Nesse sentido, as tentativas de fechamento do social, por meio da articulação discursiva de alguns fundamentos, só é possível na ordem do discurso e de maneira precária e contingente (MARCHART, 2009).

Sobre esta questão Butler (1998) observa que o problema não reside em eliminar os fundamentos, assumir essa posição é recair em uma visão fundacionalista, sendo a tarefa primordial do posfundacionalismo a de interrogar sobre o que autoriza e o que exclui o movimento teórico que estabelece o fundamento. Assim, a autora propõe a noção de fundamentos contingentes. Por essa ideia fica claro que o posfundacionalismo não supõe a ausência de qualquer fundamento, mas a impossibilidade de um fundamento último já que é somente sobre a base dessa ausência que os fundamentos contingentes são possíveis, e, portanto, no mesmo sentido o são as formações hegemônicas (BUTLER, 1998).

Para Laclau e Mouffe (1987) discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental ou ideal. Discurso é prática, uma prática social e discursiva, em virtude de que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, simbólico. Não aparece como algo a ser desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de suas formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas certezas, note-se, sempre contingentes e precárias.

Dessa ideia, Laclau e Mouffe (1987), tiram duas conclusões importantes: a) a materialidade do discurso não encontra o momento de sua unidade na consciência de um sujeito fundante, uma vez que o discurso tem existência objetiva e não subjetiva; b) a prática articulatória como fixação/desfixação de um sistema de diferenças ultrapassa sobremaneira os

fenômenos linguísticos, atravessando as instituições, os rituais e as práticas sociais de maneira geral em busca de sua estruturação.

Os autores, mediante a ideia de discurso buscam ampliar consideravelmente o campo da objetividade para a análise do político. Essa operação, concluem Laclau e Mouffe (1987), permite romper com a dicotomia discursivo e não-discursivo e ampliar, por isso, o campo das categorias que dão conta das relações sociais tais como as metáforas e as metonímias, que longe de se reduzirem a formas de pensamento fazem parte do terreno primário de constituição do social.

Dessa forma, Laclau e Mouffe (1987) asseveram que o discurso conta também com duas lógicas de constituição que são as lógicas equivalenciais ou metafóricas e as lógicas diferenciais ou metonímicas que tornam possível uma formação discursiva em virtude de a totalidade discursiva ser incompleta e contingente.

Assim, os autores chegam a um ponto decisivo de seu argumento, qual seja, o caráter impossível da sociedade como totalidade fechada e autodefinida. Para Laclau e Mouffe (1987, p. 189) “a sociedade não é um objeto legítimo de discurso”, já que não há um princípio último que fixe o campo das diferenças, nem, por seu turno, o campo das equivalências. Ora, de acordo com os autores, é a tensão interioridade/exterioridade que constitui a condição de toda a prática social.

O discurso sob essa tensão diferença/equivalência mostra a impossibilidade de fixação última de sentido, ao invés disso, tem-se lugar as fixações parciais. O discurso se constitui com o objetivo de dominar o campo da discursividade, detendo o fluxo das diferenças na intenção de construir um fundamento impossível por meio da instituição de pontos discursivos privilegiados conhecidos como pontos nodais.

Os pontos nodais, afirmam Laclau e Mouffe (1987) se constituem no interior de uma polissemia que os excede, por isso, a sociedade não é uma identidade positiva idêntica a si mesma. Desse modo, o caráter ambíguo do significante, ou seja, o fato de que não se fixa plenamente a nenhum significado só é possível pela existência de uma abundância de significados. Com isso, longe de ser a raridade de significados que desarticula uma estrutura discursiva é o seu excesso que permita essa operação (LACLAU E MOUFFE, 1987).

Portanto, para os autores, a prática articulatória se realiza por meio da instituição de pontos nodais que fixam de forma precária e contingente o sentido. Isso é possível em virtude da impossibilidade da sociedade ser um objeto positivo, e por ser, constituída por um excesso de significado que reflete, por isso mesmo, a infinitude do campo da discursividade. Dito isso, tem-se que toda prática social é articulatória.

Para Laclau (2011) todo o ponto nodal para produzir efeito agregador de identidades necessita ser um significante vazio. Laclau (2011) lembra que os significantes vazios são formas de representação as quais são progressivamente esvaziadas de conteúdo ideológico à medida que novas identidades são anexadas a eles. Os significantes vazios servem como ponto de identificação simbólica para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e tornar-se um significante sem significado. A disputa hegemônica, afirma Laclau (2011), é pelo preenchimento deste significante.

Dito de outro modo, de acordo com Laclau (2011, 1990) a articulação de um discurso político só pode ocorrer em torno de um significante vazio que funcione como um ponto nodal encerrando uma importante condição de possibilidade para o seu sucesso hegemônico.

O conceito de hegemonia é central para a teoria do discurso. Isso porque conforme Laclau e Mouffe (1987, p. 229), “o campo geral de emergência da hegemonia é o da prática articulatória”. As formações hegemônicas constituem uma forma de atividade política que

envolve a articulação de diferentes identidades em torno de um projeto comum. E, por isso, criam novas formas de ordem social e deslocamentos, permitindo assim, a emergência de resistências e oposições.

As condições de possibilidade de uma articulação hegemônica consistem na presença de forças antagônicas e na instabilidade das fronteiras que as separam, pois só a presença de significantes flutuantes e sua articulação é que constitui o terreno que permite uma prática discursiva emergir como hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 1987). Diante disso, com base no conceito de hegemonia, os autores, buscam romper com os discursos essencialistas, fixados, sobretudo em um determinismo econômico. Assim, depreende-se que a estruturação da realidade não depende só de necessidades econômicas, mas também de necessidades políticas, e, portanto, das contingências próprias das práticas sociais.

É sabido que Laclau e Mouffe (1987) buscaram em Gramsci as bases para desenvolver seu conceito de hegemonia. Ora, para Gramsci (1971), a organização social é um discurso político e estratégico, por meio do qual são formadas alianças, que são estabelecidas com o intuito de forjar laços entre diferentes estratos sociais hegemônicos intervenientes nos domínios da economia, do Estado e da sociedade civil.

Com base nisso, Gramsci (1971) desenvolveu o conceito de "bloco histórico", para mostrar que uma classe hegemônica procura liderança não só na esfera da produção, mas também nas esferas do Estado e da sociedade civil. Por isso, o conceito de hegemonia visa a ampliar o significado da política para além do campo da produção econômica bem como do Estado para incluir a multiplicidade de relações da sociedade civil.

Além disso, Laclau e Mouffe (1987) superam a ideia de que a atividade econômica é que estrutura todas as sociedades, as quais implicam que a sociedade é uma totalidade fechada em si mesma, cujo caráter é determinado e compreendido por leis objetivas da história. Não obstante, para os autores a sociedade é um objeto impossível, condição que torna as práticas de articulação e a ação política possíveis.

Segundo Laclau e Mouffe (1987), estabelecer uma relação hegemônica significa constituir uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças. Para Laclau (1990), a sociedade é algo que se faz pela ação política já que as tentativas de elucidá-la completamente são sempre falidas. A hegemonia busca justamente preencher essa falta constitutiva.

De acordo com Laclau (2005) hegemonia é a operação pela qual um discurso particular assume um significado universal incomensurável. Trata-se, portanto, da operação de hegemonização de um conteúdo particular por meio da instituição de um ponto nodal capaz de articular uma série de identidade dispersas no campo da discursividade. Não obstante, Laclau esclarece que o cimento social que articula as identidades dispersas é o investimento libidinal (afeto) em torno do ponto nodal. Conforme lembra Laclau (2005) Freud já havia entendido esse fato com clareza ao afirmar que todo laço social é um laço libidinal.

É por isso que, para Laclau (2005) a instituição de um ponto nodal é um momento discursivo no qual se opera um investimento radical que pertence necessariamente à ordem do afeto. Diante disso, Laclau afirma que a relação entre significação e afeto é íntima uma vez que o afeto não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. De acordo com o autor, a fixação parcial de sentido se constitui somente por meio da catexia diferencial de uma cadeia de significação por meio da instituição de um ponto nodal.

Assim, as formações discursivas ou hegemônicas, que articulam a lógica diferencial e a lógica de equivalência, seriam ininteligíveis sem o componente afetivo. Nesse sentido, Laclau

(2005) conclui que qualquer todo social resulta de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas.

Na abordagem de Laclau (2005) a hegemonia, em analogia a plenitude mítica da díade mãe/filho lacaniana corresponde à completude não alcançada, evocada pelo deslocamento ocasionado pelas demandas não atendidas. Entretanto, a aspiração a essa completude não desaparece simplesmente. É transferida a objetos parciais, representado pelo *objeto a* lacaniano. Sendo a plenitude da mãe primordial um objeto puramente mítico, não existe gozo alcançável a não ser através de um investimento radical em objetos parciais (ideias/ideologias). (LACLAU, 2005).

Todo processo hegemônico depende, para se concretizar, da instituição de cadeias de equivalências que possam articular identidades políticas dispersas no campo da discursividade. Nesse sentido entender como se constituem essas identidades é um passo importante para a compreensão da hegemonia enquanto lógica política nos termos de Laclau (1990).

De acordo com Stavrakakis (2010), o sujeito, desde o seu nascimento, busca uma completude de identidade, porém essa busca sempre fracassa o que condena o sujeito a simbolizar, ou seja, a buscar constantemente por uma completude identitária a fim de constituir-se a si mesmo. Simbolizar significa dar sentido aos objetos e a maneira pela qual o sujeito poder fazer isso é pelo discurso por meio do investimento afetivo a ideias, pessoas, objetos de modo a constituir sua identidade (STAVRAKAKIS, 2010).

A simbolização, ou seja, a busca por uma identidade sempre falida se dá em virtude da falta constitutiva (falta de significação plena) e por ser uma impossibilidade é que a busca pela completude continua sendo desejada e buscada. Assim, a falta constitutiva é o que torna impossível uma identidade fixa e o que torna possível e necessária a identificação num frenético jogo político entre a identificação e seu fracasso (STAVRAKAKIS, 2010).

A importância dos processos de identificação para a análise social e política é que os objetos de identificação dos sujeitos incluem as ideologias políticas e outros objetos disponíveis no discurso. Assim, o processo de identificação se revela constitutivo da vida política. Para entrar na linguagem o sujeito precisa sacrificar algo, sua completude mítica a fim de ganhar o sentido (precário e contingente). A identificação, nesse processo, é estruturada em confronto com esta falta constitutiva (STAVRAKAKIS, 2010).

O processo de significação coloca em jogo não só a identificação subjetiva, mas, sobretudo, a constituição da realidade. Assim, para que haja realidade acessível ao sujeito, para que um sentido possa ser fixado parcialmente é necessário um ponto de basta no fluxo das diferenças, cabendo ao ponto nodal cumprir essa função. A realidade é construída simbolicamente e articulada pelos processos de estruturação dos discursos e pelas identificações dos sujeitos aos objetos do discurso (STAVRAKAKIS, 2010).

Para que as identificações sejam possíveis a falta é estruturante nisso. A esse respeito fica evidente que a falta é central na concepção lacaniana de sujeito na medida em que é o espaço onde toma lugar a identificação. Assim, a ideia do sujeito como falta não está deslocada da operação pela qual o sujeito sempre busca recobrir esta falta no nível da representação, por contínuos processos de identificações. O processo pelo qual o sujeito busca suturar sua falta revela a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e o social na teoria lacaniana.

De acordo com Stavrakakis (2007), a concepção não reducionista da subjetividade em Lacan nos possibilita uma confluência entre a teoria lacaniana e a análise do político. Isso porque a constituição (falida) de toda identidade se processa através de constantes atos de identificações com os discursos socialmente disponíveis como as ideologias. Sobre o não

reduccionismo da abordagem lacaniana é bom lembrar que o sujeito para Lacan não é o indivíduo, a pessoa ou o homem, mas é o que falta a este (STAVRAKAKIS, 2010).

A concepção lacaniana de sujeito permite a articulação entre o nível objetivo e o subjetivo possibilitando a desconstrução das bipolaridades dominantes sujeito/estrutura ultrapassando as relações imaginárias sujeito e objeto. Conforme Stavrakakis (2010), os dois níveis não são idênticos, mas tampouco antitéticos. Há algo que conecta o sujeito e a estrutura, o subjetivo e o objetivo, o universal e o particular, esse algo é a falta que marca tanto o sujeito como a ordem simbólica.

Artesanato intelectual: notas sobre o caminho da pesquisa

Esse trabalho foi construído com base na epistemologia pós-estruturalista, um pensamento antiessencialista para o qual, as opções de métodos são escassas. Os pressupostos epistemológicos que sustentam esta pesquisa partem de algumas premissas que precisam ficar claras, entre as quais está a ideia de que não há neutralidade possível na ordem do discurso, não há como separar sujeito e objeto, tampouco excluir do processo de pesquisa as experiências vividas pelos sujeitos em todos os aspectos de sua vida.

Desse modo, a ideia, segundo a qual é possível separar a vida pública da vida privada, é uma ilusão na medida em que o sujeito não interpreta papéis, mas é interpelado pelo discurso e ideologias. A partir dessa sobredeterminação, o sujeito constrói parcialmente sua identidade, carregando-a consigo para todos os lugares, seja no trabalho, no lazer, na igreja, na família, na escola, no parlamento e na pesquisa.

Nesse sentido, defende-se aqui que, abraçar os pressupostos do pensamento antiessencialista e antifundacionista, é entender que não realizamos investigações/pesquisas livres de valores e afetos. Por que o pesquisador também é sujeito, portanto se encontra atravessado e interpelado pelas formações discursivas e por identificações ideológicas como qualquer sujeito falante. O que o pesquisador faz é questionar os valores derivados dos pressupostos epistemológicos de sua abordagem, considerando que, em uma perspectiva antiessencialista, não há lugar a certa fixação significativa/objetiva que não seja, por sua vez, ética e política.

Como propõe David Howarth (2005), a própria teoria deve ser observada como um discurso contingente a ser articulado com os discursos sociais, o que também se constitui num processo discursivo, atravessado por relações de poder que devem ser reconhecidas e levadas em conta no trabalho do pesquisador. O autor cita Foucault, para o qual é necessário refletir a respeito de como conduzimos nossas pesquisas e para o qual o processo de pesquisa está inextricavelmente ligado a questões epistemológicas e ontológicas.

Construir a pesquisa com base em pressupostos pós-estruturalistas é permitir que a contingência das práticas sociais sejam reveladas, mostrando as possibilidades excluídas pelas lógicas dominantes. É admitir, entre outras coisas, que sejam feitas interpretações de interpretações, como também que as práticas sociais são, em parte, construídas pelas crenças e desejos dos sujeitos, havendo uma relação íntima entre as ações e os significados subjetivos. (HOWARTH, 2005).

Em consequência, um aspecto chave da Teoria do Discurso é o esclarecimento cuidadoso dos objetos de estudo, problematizando-os mediante sua descrição, interpretação e compreensão. Assim, pela Teoria do Discurso, isto significa que os dados devem ser situados dentro do contexto discursivo em que foram gerados, e que a sua interpretação é baseada nos

conceitos teóricos definidos por sua ontologia, não esquecendo que as interpretações são, em última instância, contingentes e contestáveis. (HOWARTH, 2005).

Desse modo, a escolha do CMI Florianópolis para investigação é antes de tudo uma escolha política em virtude de o CMI se posicionar categoricamente contra o capitalismo e o neoliberalismo. O CMI Florianópolis é uma organização de resistência e se opõe ao capitalismo, neoliberalismo e à mídia hegemônica por meio da prática de seus princípios políticos e organizacionais: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta de clara inspiração anarquista.

Assim, em função da visão de mundo e, portanto do campo de pesquisa defendido nesse trabalho, o caminho metodológico escolhido foi o da via militante. A ideia de militar com o CMI durante a pesquisa nos proporcionou o contato e a vivência de momentos diversos da vida cotidiana do CMI, momentos que a simples observação direta e entrevistas semiestruturadas não nos dariam.

À luz destas considerações, realizamos os procedimentos de coleta e geração de dados, desde nossa militância junto ao Centro de Mídia independente, realizada entre os meses de fevereiro de 2013 a agosto de 2014. Durante a pesquisa, os dados foram gerados por meio da observação e participação nas atividades do coletivo: reuniões, confecção de textos para o site, organização das coberturas das lutas sociais na cidade, bem como pelas conversas mantidas com os voluntários do CMI. Ao longo da pesquisa, atingimos seis conversas em profundidade, todas gravadas e transcritas integralmente.

A análise dos dados (falas, ações, documentos, entre outros, gerados durante a pesquisa) em consonância à perspectiva epistemológica dessa tese, foi interpretativa e ocorreu ao longo e depois da coleta daqueles. Os dados foram analisados mediante os conceitos que dão corpo à Teoria do Discurso e à psicanálise lacaniana.

A abordagem laclauiana é composta por uma série de conceitos importantes, tais como hegemonia, articulação, ponto nodal, antagonismo que se constituem um em relação ao outro não podendo ser dissociados.

A categoria da Teoria do Discurso que nos permitiu fazer essa operação, de ligação sujeito e organização, rompendo de maneira radical com os falsos dualismos, foi o **ponto nodal**. O ponto nodal nos possibilitou compreender a relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência na medida em que o ponto nodal articula a busca do sujeito, via identificações (processos inconscientes), aos objetos dos discursos que possam completar sua falta constitutiva, um processo que conduz a constituição de sua identidade/subjetividade.

Antecedentes históricos do surgimento do Centro de Mídia Independente (CMI): deslocamento e reativação do político

Os acontecimentos do chamado maio de 1968 (LACLAU, 1990; DOSSÉ, 2007) representaram para a história da humanidade, bem como às ciências sociais e humanas, um importante ponto de inflexão com o surgimento, no campo das lutas sociais, de diversos sujeitos políticos, para além da tradição sindical e da luta da classe operária.

Desse modo, nos anos 60 emergem outros sujeitos políticos, a exemplo das minorias sexuais, dos movimentos feministas, dos movimentos étnicos, que implicaram uma ruptura com o padrão tradicional de mobilização social, uma vez que o foco da noção de luta de

classe foi deslocado para questões mais amplas de identidade e diversidade. (LACLAU, 2008; HALL, 2000).

Vale lembrar que acontecimentos como a queda do muro de Berlin (1989), bem como o acirramento da onda neoliberal por todo o globo conduziram ao afloramento de novos protestos sociais e novas formas de ativismo e resistência à hegemonia estabelecida. Nesse processo de reativação do político, a invenção da internet e do ciberativismo na década de 1980 foi fundamental à emergência dos Movimentos de Resistência Global (MRG), dos quais o Centro de Mídia Independente é um exemplo.

Assim, houve a expansão dos valores neoliberais nas décadas de 1990 e o fortalecimento e atuação de suas instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Comércio (OMC), etc. que fizeram eclodir, em muitos países do globo, manifestações de resistência contra suas políticas de exclusão social e valorização do mercado (HARVEY et al, 2013).

O surgimento da rede global de mídia alternativa, a Indymedia, que no Brasil ficou conhecida como Centro de Mídia Independente, objeto desse estudo, é uma herança dos movimentos de protestos surgidos na década de 1990 que ficaram conhecidos, mundialmente, como movimentos antiglobalização, cuja centelha primeva foi instaurada pelos levantes do movimento que ficou conhecido como neozapatismo.

A primeira resposta política à globalização neoliberal foi o levante indígena neozapatista em janeiro de 1994. O setor mais marginalizado e excluído, os indígenas pobres do México se lançaram contra o símbolo mais moderno da ofensiva neoliberal, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). (HILSENBECK FILHO, 2007).

O levante neozapatista foi materializado, em âmbito internacional, em 1996 no I Encontro Intergaláctico convocado pelos neozapatistas em Chiapas, no qual convergiram num mesmo espaço, pela primeira vez, diversos sujeitos políticos do Norte e do Sul do mundo (RYOKI e ORTELLADO, 2004). Todos compartilhavam um ideal comum de estarem dispostos a enfrentar o neoliberalismo, o que lhes possibilitava articular um discurso antineoliberal e a constituir uma identidade política, cujo corte antagônico era o neoliberalismo (LACLAU, 1990).

Com o afloramento do neoliberalismo, houve também a reconfiguração das instituições internacionais, as quais garantiam a hegemonia do discurso liberal. E, como toda hegemonia gera exclusão e, por isso, comporta brechas e resistências, vozes se levantaram lá das profundezas da selva Lacandona, terra que já fora habitada pelos Maias, para gritar o famoso Ya Basta! Essa expressão representou um rotundo não aos ditames neoliberais do Estado mexicano e ao NAFTA.

Pela lente da Teoria do Discurso, podemos pensar que a queda do socialismo real (muro de Berlim), juntamente com a emergência dos valores neoliberais pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, gestaram o contexto de uma crise de sentido para muitos sujeitos políticos marginalizados por esses processos. Desse modo, o NAFTA representou o ápice de um momento de crise e, portanto, um deslocamento da estrutura discursiva dominante até então, cujo centro era representado pelo discurso neoliberal, passando a não fazer mais sentido aos insurgentes de Chiapas.

Assim, a emergência e atuação do movimento neozapatista podem ser lidas como uma reativação do político, no sentido laclauniano do termo, que legou ao campo social novas formas de lutas por novas formas de se estar no mundo e o questionamento da ordem neoliberal vigente. O grito Ya basta às políticas neoliberais serviu como ponto articulador dos discursos de resistências. Deste modo, ele pode ser compreendido como um ponto nodal que permitiu a aglutinação de uma diversidade de forças sociais/identidades políticas, apesar de

toda sua heterogeneidade, formando laços equivalentes temporários em prol de um mundo mais coletivista.

Os neozapatistas desempenharam um papel crucial no ressurgimento das lutas antissistêmicas no Ocidente nas duas últimas décadas e dos MRG. O que se percebe é que, em boa medida, a utilização da internet auxiliou os neozapatistas nas lutas, comunicando-as ao mundo e articulando identidades dispersas no campo da discursividade ao instituir pontos nodais que comportem a ideia de que outro mundo é possível. Esse ponto de articulação discursiva, portanto significativo, é o lócus de um investimento libidinal em virtude dos afetos que mobilizam os sujeitos identificados com esses ideais. Os afetos, nos termos de Laclau (2005), é o que tornam a política possível.

Os MRG buscaram exercer esse papel de enfraquecimento das bases do capitalismo. Com base na Teoria do Discurso, os MRG, diante do reconhecimento da situação de opressão imposta pelo capitalismo, podem ser vistos como um momento de articulação de múltiplas identidades que anulam, temporariamente, suas diferenças para entrarem em equivalência à medida que compartilham um imaginário social, no qual a superação do capitalismo se torna num horizonte possível e desejado; com isso engrossaram o Ya Basta! neozapatista contra as políticas neoliberais.

É importante destacar que os MRG das décadas de 1990 e 2000 se diferenciavam da esquerda tradicional, que mantinha sua organização de maneira hierárquica e autoritária, fundamentada, sobretudo no partido. Conforme Ryoky e Ortellado (2004), a forma organizacional dos MRG seguiu um caminho mais autonomista, voltados aos princípios anarquistas dos séculos XIX e XX, com influência também da tradição francesa com Castoriadis e, da italiana, com Antônio Negri ou Mario Tronti. A autonomia perseguida pelos MRG influenciou os movimentos que vieram depois, o Centro de Mídia Independente, o Movimento Passe Livre, os Black Blocs, os Reclaim the Streets. (PRUDÊNCIO, 2006).

Nesse sentido, conforme Santos (2010), foi uma orientação do movimento neozapatista para que todos os coletivos de luta social tivessem sua própria mídia que inspirou a criação do Centro de Mídia Independente. Desde o levante de Chiapas diversos ativistas e *hackers* de computadores trabalharam, incessantemente, na criação de redes *online* para reunir manifestantes do mundo todo quando, em 1999, eclodiram os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle.

De acordo com Santos (2010), o objetivo inicial do CMI era contribuir com a formação de um canal para a participação política dos MRG. Nesse sentido, o Centro de Mídia Independente foi idealizado como ferramenta de mídia que consistia em um site na internet, no qual qualquer manifestante ou testemunha das manifestações poderia registrar seu relato, sua reportagem e suas fotos sem intermediários.

O autor ainda relata que o CMI foi visto, na ocasião, como um mecanismo encontrado pelos manifestantes, na tentativa de escapar da distorção e ocultamento operado pela chamada mídia corporativa na cobertura dos protestos anticapitalistas. A ideia básica era a de uma mídia não mediada, onde o próprio manifestante se torna jornalista e editor, prescindindo da figura do especialista do sistema capitalista.

Por meio de um sistema de publicação aberta em que os leitores eram também os produtores do conteúdo, o CMI nos protestos em Seattle, propunha-se a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando para isso um democrático sistema de edição; disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos

e vídeos em um regime de *copyleft*⁶ por meio do seu *site*. Embora esta tenha sido uma manifestação nas ruas, não se pode deixar de citar que a organização do protesto foi uma ação virtual na internet. As chamadas na internet buscavam explicar como as ações seriam organizadas e orientadas também em outras cidades (PRUDÊNCIO, 2006).

Para noticiar os protestos, os ativistas do CMI escolheram um software de publicação aberta⁷ numa clara alusão e defesa das lutas contra a propriedade intelectual, levada a cabo pelo movimento de Software Livre em décadas precedentes. Conforme Santos (2010), era a primeira vez que os organizadores dos protestos davam importância aos meios alternativos de comunicação, pois, geralmente, a preferência era dada aos jornalistas da mídia tradicional ou a pequenos canais de notícias independentes.

Assim, após Seattle, o CMI se espalhou por todos os continentes do globo, desdobrando-se em dezenas de sites locais. A partir de então, o CMI se dedicou também a trazer informações, não apenas de manifestações de rua anticapitalistas, mas de temas de interesse social, de movimentos sociais, tornando-se um veículo de mídia alternativa permanente, por meio da difusão, redação e edição de conteúdos de interesse geral (LIBERATO, 2006).

Santos (2010) ressalta que, ao longo dos anos 2000 e 2001, foram criados CMIs na Austrália, na Índia, no Japão, na Palestina, no Oriente Médio, na Rússia, na Coreia do Sul e na América Latina. O autor observa ainda que o rápido crescimento do Indymedia, passando de 01 coletivo em 1999 para 39 em 2000 e 70 em 2001, levou os voluntários dos coletivos já federalizados na rede a perceberem a necessidade de orientar os novos coletivos, segundo os princípios de unidade e da Política Editorial⁸ concebidos desde o primeiro coletivo, baseando-se nas concepções políticas dos Movimentos de Resistência Global.

Santos (2010) mostra que, entre 2000 e 2004, houve um crescimento ascendente do número de coletivos do CMI que possuíam *sites* próprios na *web*, 106 coletivos em 2002, 136 em 2003 e 162 em 2004. Em 2007, com 170 coletivos do CMI espalhados pelo Globo com sites próprios. Após 2007, a rede Indymedia global entrou numa fase de estabilização e, nos anos seguintes até os dias atuais, a rede segue em refluxo.

A ideia de trazer o CMI para o Brasil surgiu por volta dos anos 2000 por conta das manifestações em Praga, em 26 de setembro de 2000, contra a reunião do FMI e do Banco Mundial. Os primeiros integrantes do CMI Brasil foram ativistas envolvidos com os chamados Movimentos de Resistência Global, sendo a primeira matéria veiculada no site do recém-criado CMI Brasil, o dia sem compras em Belo Horizonte no dia 23 de dezembro de 2001 (SANTOS, 2010).

O CMI Brasil buscou desde o princípio ser um coletivo de mídia alternativa aberto à participação de qualquer pessoa, sendo a única exigência o respeito a sua Política Editorial e aos princípios organizacionais da rede: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta.

⁶ O termo *copyleft* foi criado para contrapor-se ao termo *copyright* que rege o material produzido pela mídia corporativa e regulamenta a propriedade intelectual garantindo as restrições de reprodução, divulgação e utilização da produção. O *copyleft* permite a livre distribuição e veiculação do material, desde que respeitada sua integridade e citada a fonte produtora e a sua autoria. Falaremos sobre o *copyleft*, sua origem e ligação com o movimento de *Software Livre* no próximo tópico.

⁷ Publicação aberta significa que qualquer um pode publicar sua versão dos fatos ou textos de interesse social no site do CMI sem edição ou intermediação, na mesma linha política do movimento de software livre conforme vimos no tópico precedente. A prática da Publicação Aberta é um dos aspectos mais importantes e defendidos pelo CMI por representar sua luta pela democratização dos meios de comunicação.

⁸ Consultar em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>

O CMI Brasil tem como objetivos a democratização dos meios de produção e a distribuição de imagens, sons e textos acerca dos movimentos sociais, grupos autônomos e comunidades, sem os filtros oficiais; a livre e aberta troca de informações; a criação de laços e conexões entre elementos e grupos autônomos; a colaboração mediante à coordenação descentralizada das lutas sociais e as tomadas de decisão por consenso (SANTOS, 2010).

A descrição feita na página da internet do CMI Brasil contém a ênfase da cobertura sobre os movimentos sociais e as lutas das comunidades locais contra aqueles que negam seus direitos e os mantêm à margem do sistema. Para tanto, os voluntários do CMI, munidos de filmadoras, gravadores e máquinas fotográficas revelam, sem mediação, a outra face da moeda no que diz respeito às práticas políticas das megacorporações dos Estados e dos organismos multilaterais que impõem uma globalização de cima para baixo, seus acordos de livre comércio e suas guerras imperiais (SANTOS, 2010).

Santos (2010) relata ainda que, no Brasil, entre 2001 e 2009, o CMI contava com 14 coletivos em atividade, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé/Amazônia, Salvador e São Paulo. Atualmente, conforme os voluntários do CMI Florianópolis, há somente quatro coletivos ativos em: Curitiba, Tefé/Amazônia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Santos (2010) observa que, ao longo dos treze anos de atuação, a rede CMI Brasil passou por momentos de expansão e refluxo e acompanhou as mudanças nos movimentos sociais de base territorial, a criação de movimentos juvenis autonomistas como, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL), que começou em Florianópolis e encontrou no site do CMI uma ferramenta, não só para narrar os protestos, mas também para espalhar a causa a outros Estados. A partir da Revolta da Catraca, que conseguiu baixar as tarifas do transporte coletivo em 2005, em Florianópolis, o MPL se espalhou pelo Brasil e, oito anos depois, foi o principal protagonista dos protestos que fizeram os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro baixarem as tarifas em 2013.

A dinâmica dos fluxos e refluxos dos movimentos de protestos impacta o CMI em seus momentos de grande atividade e latência, o que evidencia o caráter político do social, uma vez que toda ordem hegemônica tem seus momentos de fluxo e refluxo, o que nos termos de Laclau (1990) pode ser lido como momentos de sedimentação e reativação do político.

Depreende-se disso que nas lutas sociais haverá momentos em que as circunstâncias proporcionarão uma realidade de lutas mais radicalizadas e permanentes. Em outras, contextos de dificuldade na articulação e condução das lutas.

Luta e resistência no CMI Florianópolis: a cada ideologia, uma forma de organizar!

O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa que surgiu em Florianópolis em 2004 com objetivo de apoiar e fazer a divulgação das lutas sociais na cidade. O CMI ao longo de sua existência, de 2004 a 2013, foi um coletivo formado por ativistas entre as idades de 16 a 40 anos. A quantidade de membros variou em alguns momentos nesse período: indo de 2 voluntários a 12. No momento em que realizamos a pesquisa com o CMI, o coletivo contava com 8 militantes. O perfil do militante do CMI é de estudantes, geralmente universitários, que moram com os pais e possuem tempo para participar da militância política.

As atividades diárias do CMI Florianópolis giravam em torno de confeccionar textos para o *site* do CMI Brasil. Outras atividades do CMI Florianópolis consistiam em monitorar as listas de e-mail, participar de reuniões com outros coletivos de luta social como o

Movimento passe Livre e a Frente Autônoma de Luta por Moradia, por exemplo; realizar as coberturas de protestos pela cidade, tirar fotos, fazer vídeos, fazer e editoração do material produzido, fazer traduções de textos publicados no *site* da rede Indymedia para serem republicados no *site* CMI Brasil, fazer legenda de documentários estrangeiros, etc.

As atividades eram realizadas pelos ativistas do CMI Florianópolis conforme suas escolhas e afinidades. Também havia a preocupação de realizar a rotatividade das atividades para que todos tivessem a oportunidade de aprender o que quisessem e evitar concentrações de poder por meio da concentração de certas atividades.

As reuniões aconteciam quinzenalmente e sempre tinham uma pauta construída coletivamente por e-mail, nos dias que antecediam à reunião e fazia-se uma ata dos assuntos tratados e das responsabilidades assumidas, por exemplo quem ficaria responsável pela confecção dos textos da quinzena para a coluna do meio no *site* do CMI, quem ficaria responsável pela legenda de algum documentário internacional importante para as causas sociais, quem ficaria responsável pela tradução de alguma matéria publicada no site da rede Indymedia para ser republicada no *site* do CMI Brasil, etc.

Em todas as reuniões das quais participamos sempre imperou o clima de descontração, o que porém, não eliminava, a seriedade das reuniões. Decisões importantes eram tomadas pelo coletivo nesses momentos, como por exemplo, a participação do CMI Florianópolis na cobertura midiática da reintegração de posse do terreno localizado no bairro Ingleses em Florianópolis ocupado pela comuna Amarildo; a participação do CMI Florianópolis em uma reunião com a prefeitura de Florianópolis como apoiador das causas da moradia em Florianópolis. Essa reunião com a prefeitura foi organizada pela Frente Autônoma de Luta pela Moradia para discutir com a prefeitura possibilidades de regulamentação fundiária de alguns terrenos ocupados há mais de cinco anos em alguns morros de Florianópolis.

Geralmente, não era difícil chegar a decisão, talvez porque lá estivessem reunidas pessoas que já se conheciam há tempo, compartilhando princípios comuns. Além disso, tratava-se de um coletivo pequeno com oito ativistas na época dessa pesquisa. Apesar disso, brigas e discussões em função de divergências de opiniões não eram raras. Essa situação, no entanto, não era vista como um problema, já que os conflitos eram vistos como parte da construção do consenso.

Durante as reuniões, observamos que todos tinham muita tranquilidade na exposição de suas ideias e opiniões e na condução das atividades. Não conseguimos observar polarizações muito acentuadas de liderança, porém havia alguns ativistas mais envolvidos do que outros nas atividades do coletivo. Mencionamos isso no sentido de que, enquanto alguns ativistas, às vezes, faltavam às reuniões, deixando de cumprir algumas atividades, havia aqueles que nunca faltavam e tampouco deixavam pendentes as atividades sob suas responsabilidades.

Outra questão discutida, enquanto participamos do CMI, era a segurança, tanto na rede virtual como nas ações-diretas. Sobre a segurança na rede, falou-se da importância de serem usados codinomes para o *e-mail*, assim como usar somente o *Riseup* para se comunicar com os demais membros. Além disso, quando participávamos de reuniões fechadas, envolvendo outros coletivos autonomistas, tínhamos de desligar e retirar a bateria dos celulares, pois é comum, segundo os colegas ativistas, o grampo na linha telefônica de militantes conhecidos.

Havia orientações sobre como participar de ações-diretas e marchas pela cidade. A orientação era a de que ficássemos todos juntos, numa formação que lembrasse um círculo para nos proteger e evitar que outras pessoas adentrassem à roda, levar telefones de advogados populares, ter os artigos do código penal em mãos, etc. Observamos que alguns levavam *spray* de pimenta e cassetetes para se protegerem. Quando os indaguei sobre isso,

disseram que não era para a polícia, mas para militantes da direita política, chamado por eles de *direitosos* arqui-inimigos, velhos conhecidos de oposição e luta que, às vezes, com ânimos mais exasperados podiam partir ao ataque.

Quanto aos aspectos ligados a manutenção financeira do CMI Florianópolis, o coletivo segue a política da rede, sendo central aqui o princípio da independência, segundo o qual o CMI somente aceita contribuições financeiras de pessoas físicas ou de organizações idôneas que se identifiquem com os princípios do CMI. Assim, o trabalho no CMI é voluntário não tendo, portanto, nenhum tipo de remuneração.

O *site* do CMI é o meio pelo qual as notícias de interesse das comunidades locais, movimentos sociais, protestos são divulgados em âmbito nacional e mundial. Também vi que o CMI produziu alguns projetos midiáticos alternativos como os jornais impressos (CMI na Rua e o Independente) e os planos futuros, relatados nas reuniões, eram os de lançar algumas revistas temáticas, mas essas ideias sempre esbarravam na falta de dinheiro e tempo dos voluntários.

A construção da identidade autonomista do CMI Florianópolis: independência moral, política e financeira

A luta política, segundo os voluntários do CMI, exige autonomia e independência para que possa frutificar. Contudo, a autonomia para o CMI não significa ausência de luta ideológica ou mesmo ausência de organização. Nesse sentido, autonomia nos termos do CMI significa participação ativa e igualitária de todos nas decisões sobre os projetos/problemas do coletivo.

A autonomia, para o CMI, diz respeito, portanto, à prática política de negação da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, de negação das hierarquias e das centralizações de poder. Já, o princípio da independência se refere à independência moral, financeira e política de organizações como o Estado, as corporações, os partidos políticos, os sindicatos, a Igreja, etc.

Segundo os voluntários do CMI Florianópolis, a ideia de autonomia, significante que marca a identidade do CMI enquanto coletivo de mídia alternativa, advém das experiências e teorizações sobre as lutas operárias do século XIX e XX. Os voluntários do coletivo me explicaram que o conceito foi desenvolvido por intelectuais como Antonio Negri e Cornelius Castoriadis, sendo este último a maior influência no uso dessa palavra para designar o CMI como um coletivo autonomista.

Na perspectiva da Teoria do Discurso, podemos dizer que o significante autônomo/autonomista é um ponto nodal que articula no campo da militância autonomista a demanda por horizontalidade, não liderança e consenso nas relações sociais. Esse ponto nodal é importante à medida em que constrói a identidade dos sujeitos a ele identificados em oposição ao exterior constitutivo (antagonismo), que nega sua plena constituição como no caso do regime opressor do capitalismo e dos grupos que se pautam por autoritarismo e hierarquias.

Para os membros do CMI, em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A luta é o principal fundamento e motor da autonomia, por isso é importante para o CMI a coincidência entre meios e fins, pois não faz sentido dentro da perspectiva do autonomismo buscar por uma sociedade mais solidária e horizontal, através de uma luta construída de forma autoritária e hierárquica.

Outrossim, a anulação da distância entre meios e fins é o que os voluntários do CMI chamam de prefigurativismo, um termo anarquista, cujo significado diz respeito a praticar na luta diária do coletivo os princípios organizacionais desejados à sociedade. Nesse sentido, a anulação da distância entre meios e fins cria a noção de revolução como um processo cotidiano e contínuo.

Uma fala emblemática dessa posição da importância da coincidência entre meios e fins, aliada à questão da organização como um fator fundamental à luta política é expressa por um dos membros do CMI:

“A derrubada do sistema não acontecerá espontaneamente como se o fato de o povo se rebelar fosse o suficiente para acabar com o capitalismo. Claro, a luta política acaba produzindo uma série de levantes e protestos espontâneos como as jornadas de junho [de 2013]. Porém, e é aí que eu quero chegar e enfatizar que se não houver um intenso e duro trabalho prévio de organização estes episódios não conseguirão derrubar o capitalismo, muito menos dar corpo à nova sociedade. Por isso, que pensamos que uma sociedade libertária só pode ser construída por meio de uma luta libertária.”

Para os voluntários do CMI, essa é uma premissa do autonomismo enquanto prática e teoria. Segundo Atenas (voluntária do CMI Florianópolis), a autonomia só se aprende por meio da luta política cotidiana ou não se aprende, ou seja, o autonomismo é aprendido na prática e não na teoria. Conforme Atenas, para o CMI o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas. Nas palavras de Atenas:

“Tô falando de uma luta dentro da luta porque só a prática do autonomismo internamente a luta, ou seja, na organização mesmo é que pode possibilitar a ampliação das experiências de libertação para a sociedade.”

Outro significativo importante que ajuda a construir a identidade do CMI é a noção de independência. De acordo com os ativistas do coletivo de mídia alternativa, esse elemento é crucial para a luta anticapitalista e à luta pela democratização da comunicação. Na visão de Bozo, a importância da independência precisa ser constantemente reforçada por meio dos atos políticos diários do CMI, mesmo que essa palavra ajude a compor o próprio nome do coletivo: Centro de Mídia Independente.

A manutenção da independência do CMI frente às organizações como os partidos políticos, sindicatos, Estado, corporações se dá num sentido radical e em relação às dimensões moral, política e econômica. A independência para o CMI, nos termos acima citados, é fundamental para que o movimento não perca seu foco de luta antissistêmica, uma vez que é muito comum, segundo Ruth, a cooptação de coletivos autonomistas e de movimentos sociais pelo Estado, seja por meio de editais ou pela participação em algum órgão do Estado.

Com relação à independência financeira, questão que não está descolada da independência política, o CMI tem uma conduta bastante radical referente às fontes de financiamento de suas atividades.

A rede Indymedia, relata Goya (voluntário do CMI Florianópolis), mantém suas atividades por meio de recursos de doações em dinheiro e equipamentos, vindos de seus

voluntários, de pessoas físicas e jurídicas que se identifiquem com o projeto ou da venda de bens materiais, produzidos pelos seus coletivos locais, como camisetas, imagens e vídeos. Para gerenciar os recursos e manter a transparência das movimentações dos recursos doados, há um grupo de trabalho chamado CMI Finance, formado por voluntários dos coletivos locais do mundo inteiro.

Ainda de acordo com Goya, o CMI Finance tem a função de organizar internacionalmente os pedidos e doações, as discussões e repassar os recursos pedidos quando foram aprovados pelos coletivos locais, facilitando os processos que envolvem o transporte de voluntários para os encontros nacionais, regionais e internacionais e o repasse de equipamentos, provindos de doações internacionais, segundo a necessidade de cada coletivo.

Conforme Goya, a política de doações busca garantir autonomia política e a unidade da rede, face aos apoios e colaborações financeiras recebidas de fundações privadas. Apesar de os coletivos locais terem autonomia para gerar sua sustentabilidade, quando esses meios de sustentar as atividades entram em choque com os princípios da rede, envolvendo a rede global, essa questão é discutida e avaliada pela rede.

O CMI Florianópolis, de acordo com seus voluntários, recebeu em duas ocasiões recursos do CMI Finance para a compra de máquinas fotográficas e filmadoras. Como o coletivo não possui sede própria, não há gastos fixos, e os recursos para a manutenção das atividades diárias do CMI Florianópolis advêm da contribuição voluntária dos seus ativistas.

Em minha estadia com os voluntários do CMI Florianópolis, fomos informada, na segunda reunião da qual participei, de que o CMI Florianópolis não possuía dinheiro e que os voluntários contribuía, mensalmente, com a quantia que podiam, a fim de ajudar a manter os servidores que sustentam o site no ar, bem como compor um caixa para as atividades cotidianas do coletivo. Perguntei, nessa mesma reunião, se havia algum valor fixo a ser doado pelos voluntários e ouvi um não, não há valor definido, doa-se o que se pode e, como exemplo, alguns colegas falaram que contribuem com R\$ 10,00, outros com R\$ 20,00 e nem todos os meses, pois há mês que alguns não podiam fazer a contribuição.

Nas reuniões do CMI, a preocupação com as despesas anuais com os servidores que mantêm o site do CMI Brasil no ar sempre foi um item da pauta. O Marieta, nome do servidor que guarda os arquivos dos sites de todos os CMIs da América Latina, tem suas despesas pagas pelo CMI Argentina, CMI Colômbia, CMI Peru e CMI Brasil. Com a divisão das despesas do Marieta entre muitos coletivos, a parte que cabe ao CMI Brasil gira em torno de R\$ 400,00 por ano. Para conseguir parte desse dinheiro, haja vista ter mais CMIs locais no Brasil, o CMI Florianópolis realiza festas e vendas de camisetas quando necessário. Em muitas ocasiões os voluntários tiram o dinheiro do próprio bolso.

Em uma das reuniões do CMI, durante a pesquisa, uma das pautas era o levantamento de recursos para enviar, ao CMI Argentina, a cota para a manutenção do Marieta. O valor a ser arrecadado era de R\$ 100,00. Durante a reunião, foi decidido por consenso que nós mesmos arcaríamos com essa despesa.

Outras despesas do CMI Florianópolis dizem respeito aos equipamentos de trabalho como computadores, câmeras e filmadoras e conexão banda larga com a internet. Todos esses recursos são garantidos pelos próprios voluntários que utilizam seus celulares e a internet que possuem em casa para executar as atividades cotidianas do CMI.

Sobre a questão do financiamento do coletivo, a maneira como os voluntários lidam com a questão do dinheiro me chamou a atenção. Durante os meses em que participamos do CMI Florianópolis, em várias ocasiões abordei a questão do financiamento e as respostas que recebi sempre se manifestaram em direção de dar pouca importância a esse quesito. A resposta de Rox (voluntário do CMI Florianópolis), por exemplo, é emblemática nesse

sentido; para ele, “o CMI não tem dinheiro, mas isso também significa independência e isso liberta a luta, pois onde tem dinheiro tem interesse”.

Ainda segundo o entendimento de Rox, no caso do CMI, o ativo mais importante no tipo de militância que o coletivo pratica é o tempo. Na sua visão, as atividades políticas do CMI não requerem muito dinheiro, mas em contrapartida requerem tempo. E isso era algo que os voluntários do CMI tinham em razão do seu perfil. O CMI Florianópolis, no momento em que ingressei nele, era composto por oito voluntários em idades entre 23 e 40 anos, dos quais cinco moravam com os pais e dependiam da ajuda da família, o que oferecia as condições de tempo à militância; os outros trabalhavam como professor na rede pública, tendo por isso limitação de tempo à militância.

Em uma de nossas conversas, Bozo (voluntário do CMI Florianópolis), que se identificava como um anarquista radical mencionou Lênin para falar da mudança na maneira de construir a luta da época da Revolução Russa para os dias atuais:

O Lênin tinha uma frase que ele falava, a Revolução precisa de três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro. Eu entendo, mas a Revolução mudou, ela não se faz mais dessa forma através de um enfrentamento amplo como foi a Revolução Russa, Espanhola, Ucraniana, Coreana, que se faz pela insurreição, pela guerrilha, que você não tem como competir com o aparato do Estado hoje como poderia se competir há muito tempo atrás, da forma como se competia antigamente. Por exemplo, antigamente você colocava 20 mil cabeças na rua com pau e pedra pra enfrentar 3 mil policiais iria morrer uma carrada mas você conseguiria passar e o aparato ideológico dentro das próprias forças armadas não era tão forte assim, mas hoje a realidade é diferente e a polícia está mais agressiva e unida. Daí, por exemplo, vamos pegar o Brasil que é a décima maior forças armadas do mundo, um aparato policial gigantesco, muito dinheiro, sétima economia do mundo, não tem como trabalhar numa frente ampla de combate, então o que nos resta é fazer guerrilha e ação-direta e para isso não precisamos de muito dinheiro”.

Corroborando a fala de Bozo sobre a relação tempo/dinheiro/militância, Vini (voluntário do CMI Florianópolis) relata que o ponto principal a ser analisado é a identidade pessoal dos integrantes do CMI, os quais tinham a possibilidade dos pais de ajudarem financeiramente, conforme as palavras de Vini:

Os voluntários do CMI nunca foram miseráveis de famílias pobres e ao mesmo tempo tinha esse aspecto de que eles tinham o tempo necessário para desenvolver essas atividades e participar desse coletivo. Então não era gente que estudava a noite e trabalhava de dia, não era esse perfil. Então, a questão do tempo é o pior obstáculo. Se você não tem pessoas com tempo hábil pra tomar responsabilidades, pra exercer funções dentro do movimento, ele não vai pra frente. Vai ficar num eterno entra e sai que vai atrapalhar a constância do movimento.

Outra fala esclarecedora da relação do CMI com a questão do financiamento veio da ativista Atenas, para a qual a maioria dos projetos em que o CMI atua não precisa de uma grande quantia de dinheiro:

“É uma sensação que eu sempre tive com o pessoal, tanto no MPL tanto no CMI, não tem que correr atrás de dinheiro quando não precisa. Claro que é bom ter um caixa pra quando dá alguma merda,

mas (pausa). Aqui em Floripa pra bancar essas coisas menores, por exemplo, na época que tinha o Independente, a gente pedia para os sindicatos comprarem uma cota do jornal e com a grana que os sindicatos davam a gente fazia muito mais jornais. Vendendo camiseta, a gente fez uma leva de camisetas, na época era muito mais difícil ter uma câmera digital, por exemplo, então a gente fazia isso pra juntar uma grana. A forma como atuamos no CMI não exige muito dinheiro, o que exige mais dinheiro é questão de hospedagem de site, tem que ter uma grana, daí a gente passa o chapéu mesmo. Porém existe uma ética no processo de doação, não é qualquer uma que a gente aceita, por exemplo, teve uma discussão que foi muito interessante quando a Fundação Ford quis doar uma grana e foi uma treta, principalmente do CMI da América Latina, eles falaram: não, nem a pau, eles vieram aqui, torturaram as pessoas, financiaram a ditadura, caguetaram todos os funcionários e a gente vai pegar dinheiro de Fundação Ford? Nem a pau”.

O ato político de dizer não ao financiamento da Fundação Ford auxiliou na construção de um imaginário social, entre os voluntários do CMI que parecem fortalecer sua identidade em relação ao caráter de independência financeira e moral perante certas instituições da sociedade. Dito isso, Laclau (1990) observa que o caráter mítico e contingente das configurações espaciais nos constitui como sujeitos.

Essa parece ser a condição discursiva criada junto à rede Indymedia pelo caso da Fundação Ford. Ouvi essa história tantas vezes que fiz uma pesquisa nas listas de discussão da rede Indymedia e pude acompanhar alguns diálogos ocorridos na época. Conforme dados da lista de discussão sobre o caso Ford⁹, no ano de 2002, a rede Indymedia planejava realizar um encontro global entre seus voluntários, porém não possuía os recursos financeiros para promover tal encontro.

Diante desse impasse, um coletivo do CMI nos Estados Unidos, chamado CMI Urbana, enviou à lista da rede Indymedia uma proposta de doação de U\$ 50 mil, oferecida pela Fundação Ford para cobrir as despesas do encontro internacional do CMI. Segundo um voluntário do CMI Urbana, a doação da Fundação Ford foi oferecida em razão de algumas parcerias de trabalho entre o CMI Urbana e a Fundação Ford.

O dinheiro, a princípio, seria utilizado na criação de um fundo de viagens, de maneira a proporcionar reuniões presenciais que sempre representaram um grande desafio à organização e ao desenvolvimento da rede Indymedia. Assim, os recursos iriam para o coletivo CMI Urbana e seria distribuído aos demais coletivos, à medida que os encontros se tornassem necessários, sendo eles locais, nacionais ou mesmo continentais.

No entanto, quando a proposta foi encaminhada às listas para formalizar a decisão, surgiu um dilema, levantado por um voluntário do CMI Argentina. Ele se posicionava contra a doação da Fundação Ford e seu argumento se baseava em dois pontos: um artigo do sociólogo James Petras¹⁰, que acusava a Fundação Ford de colaborar com a CIA durante a Guerra Fria, especialmente no fomento a ditaduras latino-americanas; e no depoimento do historiador anarquista Osvaldo Bayer, ligado ao Movimento das Mães da Praça de Maio, para quem aceitar o dinheiro seria um insulto à memória dos desaparecidos.

⁹ As listas de discussões e seus diversos links sobre a doação da Fundação Ford pode ser consultada em: <http://archives.lists.indymedia.org/imc-finance/2002-September/001452.html>.

¹⁰ The Ford Foundation and the CIA: A documented case of philanthropic collaboration with the Secret Police. In <http://www.rebellion.org/petras/english/ford010102.htm>.

Com base nesses argumentos, emergiram questões sobre o que é ser uma rede autônoma, sobre como receber uma doação de fontes das quais se discorda das atividades e da visão de mundo, sobre até que ponto se pode reverter a origem corrompida de uma doação, por meio de ações que fomentem a liberdade e a democracia.

A discussão foi longa e como as decisões no CMI são tomadas por consenso, foi preciso mais de seis meses para a decisão final sobre essa questão. Isso por que as posições sobre aceitar ou não o dinheiro estavam divididas. Havia aqueles que eram favoráveis a receber o dinheiro, argumentando que a pureza da fonte não era tão importante, mas sim o que se faria com o dinheiro que, nesse caso, era para o fortalecimento das lutas políticas contra o capitalismo e seu “braço armado”, a mídia hegemônica.

Porém, a discussão chega a um ponto crítico quando o coletivo argentino escreve uma mensagem, explicando ponto a ponto o papel nefasto da Fundação Ford, tanto de seu envolvimento com a CIA e as ditaduras latinas, mas também seu modus operandis que busca enfraquecer as organizações não alinhadas, diretamente, à política imperialista dos EUA. Segundo os argentinos, uma das estratégias utilizadas pela fundação para manter o controle é isolar os setores sociais mais radicais, por meio de ajudas econômicas aos setores mais moderados e menos polêmicos, em troca, exigindo sutilmente os pressupostos e valores estabelecidos pela política neoliberal.

Para o CMI Argentina, a intenção da fundação, de colaborar com CMI é devido à percepção do rápido crescimento dos Movimentos de Resistência Global que, estimulados pelos avanços tecnológicos, possibilitaram o surgimento de aparatos de publicação aberta e permitiram a criação de redes horizontais e descentralizadas que se colocam contra a mídia hegemônica, denunciando a face mais perversa da globalização e das políticas neoliberais.

Em seus argumentos, o coletivo argentino reforçou seu receio de que, com a injeção de dinheiro, o CMI seja cooptado e acabe se transformando em uma rede inofensiva, como afirmam ser o caso do Greenpeace na Argentina que virou um escritório de marketing mais preocupado com a burocracia dos editais do que com as ações-diretas e as lutas sociais.

Ainda, em relação ao caso Ford, é importante que se diga que o acontecimento representou um momento político importante na luta do CMI contra o capitalismo, bem como no reforço de sua identidade de coletivo autonomista de seus valores políticos e princípios organizacionais, no que concerne à horizontalidade e ao consenso. Se no início das discussões houve polarização entre o aceite e o não aceite dos recursos, o que se observou foi que, após longas discussões, a maioria optou por não aceitar a subvenção; como no CMI, teoricamente¹¹ não há votação, o recurso da Ford não foi recebido, porque não houve consenso.

Conhecer a relação do CMI com as formas de financiamentos de sua atividade é um aspecto fundamental à compreensão dos valores defendidos por esse coletivo de mídia alternativa. Ao longo de sua existência, os valores defendidos pelo coletivo se tornaram fundamentais na construção de sua identidade, na medida em que há uma relação de afeto, um investimento libidinal dos voluntários em relação aos princípios em que acreditam e vivenciam.

O princípio da independência, de acordo com Pancho, refere-se à insubordinação financeira, política e moral das empresas, partidos e do Estado. Sobre o Estado, o CMI faz duras críticas. Foi algo comum durante as reuniões, das quais participei no CMI Florianópolis,

¹¹ No caso Ford de fato não houve votação, mas essa questão é conflituosa no CMI, pois há os que afirmam que não há votação, mas tem aqueles que dizem que votar não é nenhum crime e às vezes é preciso votar para resolver questões urgentes. A questão é polêmica porque consenso é um princípio importante que ajuda a construir a identidade do CMI e a maioria dos voluntários tem a convicção de que em princípios não se mexe.

ouvir falas sobre o entendimento que o coletivo tem sobre o Estado. Para o CMI Florianópolis, o Estado é uma instituição que está a serviço dos dominantes, sendo um forte pilar de sustentação do capitalismo.

Para o CMI, o Estado também é o detentor da violência legítima e simbólica, tendo um papel repressor e criminalizador frente aos movimentos sociais e, às lutas políticas. Contudo, conforme observam os voluntários do CMI, o Estado como forma de garantir a legitimidade do capitalismo passou a instituir formas de participacionismo social que em nada contribuem à mudança social, sendo mais uma forma de garantir o controle sobre a sociedade e uma tática para esfriar as lutas sociais.

Os ativistas do CMI relatam, ainda, que o Estado como pilar do capitalismo busca constantemente mantê-lo e, se o capitalismo é um sistema de exploração e dominação, o Estado, por sua vez não faz outra coisa senão reproduzir essas mesmas relações. Além disso, os voluntários do CMI revelam que qualquer tentativa de manifestação e protestos, que exijam mudanças substanciais na hegemonia posta, é duramente reprimida pelo Estado. O CMI foi alvo de constantes investidas do Estado contra suas atividades, seja perseguindo e indiciando seus ativistas ou processando judicialmente o CMI, em razão de certas publicações em seu site.

O que se percebe na fala dos voluntários do CMI é que quando algum elemento da hegemonia é questionado e entra em crise, ou seja, quando a ideologia não funciona, dá-se a repressão e o controle por parte do Estado, quase sempre acompanhado pelo uso da violência a serviço do cumprimento das leis. Desse modo, a crise de sentido provocada pelo deslocamento dos discursos hegemônicos é rapidamente reabsorvida e a hegemonia busca reestabelecer a ordem (LACLAU, 1990).

As condições de possibilidade de novas articulações discursivas são dadas, conforme Laclau (1990), pelo deslocamento estrutural. A suspensão momentânea do sentido e sua rearticulação possibilita a reconstrução, tanto da sociedade, como também dos sujeitos políticos que forjam novas identidades nesse processo. Aqui, importa destacar que “o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento. Portanto, longe de ser o sujeito um momento da estrutura, ele é o resultante da impossibilidade de construir a estrutura como objetividade” (LACLAU, 1990, p. 57).

Os voluntários do CMI deixam claro por que não podem estabelecer relações com o Estado por meio, por exemplo, da busca por editais. Nas palavras de Pancho (voluntário do CMI Florianópolis):

“Quando a gente busca um edital para conseguir recursos não pode ser ingênuo de pensar que aquilo vai acontecer fora de uma lógica de Estado. Eu, por exemplo, não acredito no uso de dinheiro do Estado para fins contra-hegemônicos, ou seja, contra o próprio Estado. Eu vejo assim oh que o grande problema do financiamento é que ele sempre caminha para uma dependência porque mesmo com uma ideia legal e com toda estrutura quando você pede o dinheiro você vai atrás de outro e de mais outro e quando vê, já está dependente”.

Os voluntários do CMI apontam também para os limites da radicalidade política dentro da máquina estatal. O que costuma acontecer com essa aproximação é o esvaziamento do sentido nos conceitos políticos, produzidos pelos sujeitos que fazem resistência ao capitalismo. São exemplos disso, as apropriações de termos como coletivo, cultura livre, mídia livre e ativismo. O termo coletivo, por exemplo, passa a ser empregado pelos artistas, por fundações, nos programas de governo e militantes partidários, com o objetivo de vender

uma imagem de atuação mais coletivista. Porém, o que se observa é que, na maioria dos casos, por trás da fachada coletivista se escondem grupos que possuem CNPJs para poderem concorrer aos editais e prêmios do governo. Para Goya (voluntário do CMI Florianópolis):

“o recebimento de dinheiro dos editais é uma questão complexa e basta olharmos a história dos movimentos sociais do passado e de hoje para vermos a capacidade do Estado e do capitalismo de incluir as práticas contestatórias neutralizando-as. Esse é um fator que se deve levar em conta porque um passo para isso é usar o dinheiro dessas instituições e ficar com o rabo preso com elas”.

No que foi dito até aqui sobre a visão do CMI sobre o Estado, percebe-se que o coletivo entende o Estado como uma esfera de concentração de poder, que se coloca acima dos interesses públicos em defesa de interesses privados. Mas, ainda que se tenham todos esses obstáculos, o Estado aparece como uma esfera, onde se pode, paradoxalmente, fazer pressão e usufruir das brechas da hegemonia, mas não vencer, já que se trata de uma atitude reformista ou como resumiria Rox “não se pode vencer a guerra com as armas do Senhor”.

Conforme defende Cazu, paradoxalmente o Estado é uma instituição sobre a qual os oprimidos/excluídos precisam fazer pressão para garantir o atendimento de algumas demandas como a saúde, educação, segurança, mas Cazu enfatiza que, embora a pressão contra o Estado na conquista de direitos seja importante ao fortalecimento da luta política, toda relação estabelecida com o Estado é reformista e sobre essa questão Cazu dispõe de uma fala bastante esclarecedora da posição do CMI:

A perspectiva política do CMI vê as relações com o Estado como reformistas. Reforma é reforma, a gente vai até onde dá, toda reforma tem limitação, pois toda reforma dentro do aparelho do Estado tem suas limitações. Você pode conquistar um salário melhor, mas você não conquista a libertação do trabalhador. Temos que pensar assim: quem reforma o capitalismo é a esquerda com sua luta política. O próprio modo de produção, o pessoal da ADM pode ter a ilusão de que quem faz a reforma é o Taylor, Ford, Toyota, mas quem reforma é à esquerda, pois ela que aponta os problemas e acaba dando as soluções. Vale transporte, vale alimentação, etc. tudo isso é luta de trabalhador, tudo isso é reforma. A reforma é importante a partir do momento que ela ensina a lutar e dá a possibilidade de conscientização de classe oprimida. Mas tem suas limitações, a gente pode lutar por uma maior participação mas nego não lê lei e é difícil ler lei mesmo, por causa disso a gente sempre vai ter uma participação popular dentro das possibilidades, dentro da vontade que o Estado nos dá né, quando eu falo Estado entende-se Estado+Capital.

As críticas à política feita aos sindicatos e partidos políticos obedecem à mesma lógica da crítica ao Estado. Conforme Pancho, por estarem integrados à estrutura burocrática do Estado, onde é limitada a possibilidade de mudanças e de experimentações de novas formas organizativas, os sindicatos e partidos acabam reproduzindo as hierarquias e centralização do capitalismo. Ainda, conforme Pancho, a maioria dos voluntários do CMI é contrária ao

movimento estudantil quando serve de trampolim para os aspirantes a cargos políticos ou estão aparelhados por partidos políticos.

Segundo Vini, voluntário do CMI Florianópolis, o qual começou sua militância no Centro Acadêmico do curso de geografia, nas universidades acontece, com frequência, de os partidos políticos financiarem pessoas para fazerem articulações partidárias, utilizando como trampolim a luta estudantil, porém mesmo com esses problemas Vini acredita que o movimento estudantil é um bom começo à militância.

Sobre essa questão de militantes cansados com o aparelhamento dos Centros Acadêmico (CA) por partidos políticos, pude observá-la na prática quando participei de uma reunião de acolhimento de novos membros, em que eu era uma das voluntárias que realizaria a conversa. Perguntei ao candidato a membro do CMI por que militar junto ao CMI, ao que ele respondeu:

“Sabe como é, cansei de militar no CA [Centro Acadêmico], lá os compas são muito autoritários, o CA faz tempo tá aparelhado por partidos políticos. É muito chefe pra pouco índio. Procurei o CMI porque tinha vontade de discutir, de atuar em algum grupo que fosse comunidade, autônomo e independente. Eu queria fazer parte de um grupo em que eu não tivesse que seguir algum ‘mestre’ ou alguém que fosse mais importante por ser mais velho ou porque teve mais educação, frequentou universidade. Até que soube do CMI. Queria saber tudo, se realmente era autônomo, horizontal, por consenso.”

A pesquisa de campo me possibilitou observar nas falas dos voluntários do CMI sua relação com a noção de autonomia, de consenso e de horizontalidade, como um significante que constrói, parcialmente, a identidade desse coletivo. A importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (autonomia) é para reforçar o argumento substancial nessa tese, qual seja, a ideia de que os discursos constituem sujeitos e por eles são constituídos, reflexão que vale por analogia a ideia de organização que, como prática discursiva que é não foge a essa regra.

Sobre isso, os voluntários do CMI nos explicaram que o elemento principal a ser observado, para avaliar se uma organização pertence ou não ao campo libertário e autonomista, é sua forma de organização, ou seja, a maneira pela qual organiza suas atividades cotidianas, que servem de suporte a suas lutas políticas. Nesse ponto, os voluntários do CMI são categóricos: a luta política requer organização e as práticas de organização são frutos da ideologia que as anima.

Reflexões finais: a relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência

Com o auxílio da Teoria do Discurso foram reconstruídas as condições **estruturais e contingentes** que permitiram o surgimento do CMI Florianópolis. As condições de possibilidade que fizeram emergir o CMI, como um coletivo de mídia alternativa, estão relacionadas a acontecimentos históricos gerados ao longo do século XX.

Nesse contexto, o surgimento dos chamados novos movimentos sociais, emergidos nos anos de 1960, o declínio do chamado “socialismo real”, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989 e o acirramento da onda neoliberal por todo o globo, conduziram ao afloramento de novos protestos sociais e formas de ativismo político e de resistência à hegemonia estabelecida. Nesse processo de **reativação do político**, a invenção da internet e do ciberativismo na década de 1980 foi fundamental para o surgimento dos Movimentos de Resistência Global, dos quais o Centro de Mídia Independente é um exemplo.

A centelha que estimulou o acirramento dos discursos de resistência ao capitalismo surgiu das profundezas da floresta Lancadonia, simbolizado pelo grito de Ya Basta! às políticas neoliberais do Governo Mexicano pelos insurgentes de Chiapas. O **não** (Y Basta!) proferido pelos insurgentes neozapatistas provocaram o **deslocamento de estruturas discursivas sedimentadas**, o que abriu espaço à luta pela ressignificação da ordem deslocada. O neozapatismo, pautado por valores como **autonomia, liberdade e igualdade** inspiraram o surgimento de uma variedade de novas identidades políticas que, em comum, compartilhavam o desejo de solapar o neoliberalismo e suas instituições, os organismos multilaterais.

Por meio da Teoria do Discurso foi possível compreender que o CMI não é fruto de um espontaneísmo, mas engendrado por disputas hegemônicas pela construção de um projeto de sociedade, evidenciando que toda decisão sobre o social é política. Laclau (1990) chama atenção para o fato de que quando os discursos se tornam hegemônicos, a prática discursiva que os sustentam pode parecer tão evidente que os sujeitos não a percebem como sendo resultado de decisões políticas. Quando os discursos alcançam o nível de sedimentação, suas origens contingentes, e portanto políticas, tendem a ser esquecidas.

De maneira geral, o CMI, enquanto coletivo de mídia alternativa adota uma perspectiva política **autonomista**, construída a partir de uma herança política libertária vinda do anarquismo do século XIX, do marxismo heterodoxo do início do século XX, dos movimentos contraculturais dos anos 1960; dos movimentos autonomistas dos anos 1970 e 80, na Itália e na Alemanha, bem como no levante neozapatista dos anos de 1990.

O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas antissistêmicas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais, tais como **a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta**, advindo daí o seu antipartidarismo. Não obstante, o CMI também se insere no rol dos movimentos que fazem intenso uso das tecnologias de comunicação e, de certa forma, estruturam-se com a fluidez que a internet permite.

A internet, o e-mail e as mensagens e comunicações por celular são fundamentais para sua organização, contribuindo, inclusive, à almejada desconcentração de poder, por intermédio da agilidade na distribuição de informações e tarefas pelo coletivo. Entretanto, vale ressaltar a opção do movimento por meios virtuais anticapitalistas de software livre como o Linux e o Riseup, o que demonstra sua postura crítica em relação ao domínio de corporações como Google ou Facebook, que utilizam as informações para fins comerciais ou de monitoramento.

Dito isso, as expectativas com esse tópico são as de poder ilustrar os pressupostos desse trabalho, quais sejam, **a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e a organização da resistência e defender a tese de que, a cada ideologia, uma forma de organizar**. O sujeito aqui foi entendido como sendo destituído de essência, descentrado da noção de razão e formado pelo discurso e por processo libidinais, emergindo daí um sujeito dividido entre consciente e inconsciente, gerando a falta como fruto dessa divisão, marcando-o com uma incompletude constitutiva.

Mas não é só isso; aqui, importa, também, a relação entre essa ideia de **sujeito e a organização da resistência**, tendo importância a Teoria do Discurso para auxiliar na compreensão dessa relação com base numa **concepção descentrada e antiessencialista de sujeito e de organização**. Conforme visto, partimos do pressuposto, de que o entendimento que temos de sujeito constrói a visão que temos do mundo e, portanto, da organização.

Assim, para compreender a questão central desse trabalho, **a relação entre o sujeito e a organização da resistência**, a categoria da Teoria do Discurso que possibilitou lançar luz aos pressupostos aqui defendido, foi a noção de **ponto nodal**. Esse conceito permitiu juntar a noção de **sujeito falta-a-ser em Lacan** com a noção de **prática social** em Laclau, auxiliado de noções como **identidade/identificações, antagonismo/exterior constitutivo**.

Na perspectiva de Laclau (2005), a função de significação do **ponto nodal** não se reduz unicamente a sua posição discursiva, mas está sustentada por uma **construção ideológica, investida libidinalmente** pelos sujeitos. É por isso que a instituição de um **ponto nodal** é um momento discursivo, no qual se opera um “**investimento radical**” (catexia) que pertence, necessariamente, à ordem do **afeto** (LACLAU, 2005, p. 160).

Para Laclau (2005), a relação entre **significação e afeto** é íntima. O **afeto** não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. Ele se constitui somente através da **catexia** diferencial de uma cadeia de significação, intermediado pela instituição de um **ponto nodal**. Assim, as formações **discursivas ou hegemônicas**, que **articulam a lógica da diferença e a lógica de equivalência**, seriam ininteligíveis sem o componente **afetivo**. O autor assevera que qualquer discurso ou ordem hegemônica resulta de uma indissociável articulação entre **dimensões significantes e afetivas**, de uma maneira tal que se pode afirmar que **toda política é afeto**.

Nesse sentido, **sujeito e organização** são **significantes/nomes/pontos nodais** em disputa na construção de um discurso que possa **articular uma ordem hegemônica**. Conforme observado na pesquisa com o CMI Florianópolis, a disputa se dá em torno de valores políticos tais como **horizontalidade** versus hierarquia, **não liderança** versus liderança, **consenso** versus imposição, **autonomia** versus heteronomia, **independência** versus dependência e **ação-direta** versus representação.

Importa esclarecer que ao expressar a disputa entre esses termos antitéticos, dessa forma, não quero com isso remeter à ideia de dicotomia ou simplicidade teórica. Porém, é importante ter claro que, pelo fato de serem falsas dicotomias do ponto de vista ontológico e, portanto político, não quer dizer que não sejam construídas e disputadas como tal no plano ôntico, que é o da prática política¹² por excelência.

A disputa que o CMI trava no campo da discursividade pela fixação de sentidos em torno dos ideais pelos quais resiste à ordem hegemônica só é possível em razão de não existir um centro ou um fundamento último do social. O que há são **fundamentos contingentes, pontos nodais, investidos libidinalmente pelos sujeitos**, em torno do qual foram construídas certas significações precárias sobre o mundo.

No caso do CMI, a construção do **discurso** sobre organização está, inelutavelmente, conectado à **ideologia** política, com a qual seus voluntários se **identificam**, o autonomismo. Nesse contexto, esse **nome/significante** funciona como um **ponto nodal** na constituição da **identidade** do CMI e é **investido libidinalmente** pelos sujeitos que se **identificam** com esse **discurso**. O discurso do autonomismo comporta outros significantes tais como

¹² Nos termos de Chantal Mouffe o nível da política está inserido num nível ôntico e o político inscreve-se numa dimensão ontológica. Segundo Mouffe (2005, p. 8-9) “isto significa que o ôntico tem a ver com as muitas práticas da política convencional, enquanto que o ontológico refere-se à própria forma como a sociedade é constituída”.

horizontalidade, não liderança, consenso, independência e ação-direta, que são também os princípios políticos e organizacionais praticados cotidianamente pelo CMI.

A construção da identidade (constituição subjetiva) do CMI, como coletivo autonomista, precisa de uma segunda operação simultânea a primeira para se constituir. É a instituição de uma **fronteira política, um exterior constitutivo que pode representar um corte antagônico ou não**. No caso do CMI, o exterior constitutivo que funda sua identidade se dá mediante o **corte antagônico** que estabelece em sua relação com a heteronomia própria do capitalismo, do Estado, das corporações e das organizações da esquerda autoritárias. A heteronomia é um discurso não reconhecido pelo CMI e, portanto, ao qual não se identifica. **A heteronomia se articula também a outros significantes que a constituem enquanto discurso, tais como a hierarquia, a centralização, a liderança e a subordinação contra os quais o CMI luta.**

A centralidade que o discurso sobre a organização da luta política: **organização = autonomismo = (horizontalidade + não-liderança + consenso + independência + ação direta) = CMI** ocupa na catexia dos voluntários do CMI foi evidenciada diversas vezes durante a pesquisa. Assim, a pesquisa de campo junto ao CMI me possibilitou observar, nas falas de seus voluntários, a importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (**autonomia**) na constituição da identidade do coletivo.

Isso ficou evidente no momento em que os voluntários do CMI me explicaram que o elemento principal a ser observado, a fim de avaliar se uma organização pertence ou não ao campo libertário e autonomista, é sua forma de organização, ou seja, a maneira pela qual organiza suas atividades cotidianas, que servem de suporte a suas lutas políticas. Nesse ponto, os voluntários do CMI são categóricos: “a luta política requer organização e as práticas de organização são frutos da ideologia que as anima”.

É em virtude dessa centralidade, **da organização autonomista**, que o CMI defende a organização da luta política como um meio e um fim. Para o CMI, a autonomia (**organização = horizontalidade, não liderança, consenso, independência, autonomia e ação direta = CMI**) somente é aprendida por intermédio da luta política cotidiana. O autonomismo, na perspectiva dos voluntários do CMI, é aprendido na prática e não na teoria: “o exercício da autonomia como reforço e meio para a autonomia”. Essa é a maneira pela qual sonham e desejam que a sociedade seja organizada. Para o CMI, o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas.

Referências

- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: Entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. **CADERNOS EBAPE**, v. 7, n. 3, p. 505- 508, Rio de Janeiro, 2009.
- ALVESSON, M., DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S., HARDY, C., NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BADIOU, A.; ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan, Passado Presente**. Rio de Janeiro: Difel, 2012.
- BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

- COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coords.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- COUTINHO JORGE, M. A. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan** vol.1: As bases 5ªEd.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- DELLAGNELO, E., E., L.,BOHM, S. Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organizational perspective. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis: ENEO, 2010.
- DELLAGNELO, E., E., L.; BOHM, S. ; MENDONÇA, P. . Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. *Revista de Administração de Empresa (RAE: Impresso)*, v. 54, p. 141-153, 2013.
- DERRIDA J.; ROUDINESCO, E.. **De que amanhã...** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREUD, S. **Psicologia das Massas e análise do Eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003.
- HOWARTH, D. **Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación en Studia Politicae** N° 5. Editorial Universidad Católica, Córdoba, 2005.
- LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1998.
- _____. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia Y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: FCE, 1987.
- LACLAU, E. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- _____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- _____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, Pelotas, v. 43, n. 3, p.249-258, 01 set. 2007.
- MENDONÇA, P. BOHM, S. The organization of counter-hegemonic movements and the struggle for rural development in the Sertão. **Draft paper presented at EMLYON Business School**, October, 2010.
- MISOCZKY, M. C. ; FLORES, R. K. . A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. VII, p. 9, 2009.
- MISOCZKY, M.; FLORES, R.; MORAES, J. **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.
- MIZOCZKY, M. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In.: MIZOCZKI, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.
- MOSE, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- NIETZSCHE, F. W. **Humano, demasiado humano: texto integral**. São Paulo: Escala, 2006.

- _____. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PAULA, A. P. P. **Estilhaços do Real: O Ensino da Administração em uma Perspectiva Benjaminiana.** Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. **Teoria Crítica nas Organizações.** São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PARKER, M. **Against Management: Organization in the Age of Managerialism.** Cambridge: Polity, 2002.
- PARKER, M. Critique in the name of what: postmodernism and critical approaches to organization. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 553-564, 1995.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- QUINET, A. **Os outros em Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2012.
- RIAVIZ, V. N. **Alienação e separação: a dupla causação do sujeito.** Dissertação: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- RICOEUR, P. **Da Interpretação: ensaio sobre Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- SPICER, A.; BOHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, 2007.
- STAVRAKAKIS, Y. **Lacan y lo político.** Buenos Aires: Prometeo – UNLP, 2007.
- _____. **La izquierda lacaniana.** Psicoanálisis, teoría, política, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- ZIZEK, E. **El sublime objeto de la ideología.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- _____. **The Ticklish Subject,** London: Verso, 1999.